

QUAL LUGAR DAS ASSESSORIAS TÉCNICAS NA LUTA POR GARANTIA DE DIREITOS S?

Uma reflexão crítica sobre a prática
profissional em parceria com os movimentos
sociais.

Renata Miron de Aguiar
Thais Velasco
organização



QUAL LUGAR DAS ASSESSORIAS TÉCNICAS NA LUTA POR GARANTIA DE DIREITOS?

Uma reflexão crítica sobre a prática profissional em parceria com os movimentos sociais.

ORGANIZAÇÃO

Renata Miron de Aguiar
Thais Velasco

São Paulo, 2024

REALIZAÇÃO



AMBIENTE
TRABALHO



UNIÃO
DOS MOVIMENTOS
DE MORADIA
SÃO PAULO

PARCERIA DE FOMENTO



CAU/SP
Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de São Paulo

APOIO



FORD
FOUNDATION



FAUUSP

MISEREOR
IHR HILFSWERK



OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

FICHA TÉCNICA

Copyright © Renata Miron de Aguiar, Thais Velasco (organizadoras), 2024.

O conteúdo desta publicação foi produzido com base em material intelectual cedido aos organizadores pelos seus respectivos autores.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610/98.

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, sem autorização prévia e expressa do(s) autor(es).

ORGANIZAÇÃO

Renata Miron de Aguiar
Thais Velasco

REALIZAÇÃO

Ambiente Trabalhos para o Meio
Habitado e União Nacional por
Moradia Popular

EDITORAÇÃO

Renata Miron de Aguiar
Thais Velasco

COLABORAÇÃO

Angela Amaral
Maria Isabel Nobre de Sousa Cabral
Clenivalda Santos
Cleonice Dias dos Santos Hein
Henrique Salva Geddo
Juliana Avanci
Nicole Ferreira
Paula Paschoal
Raissa Pignoni
Ricardo Gaboni
Rosangela Paz

FOMENTO

CAU/SP

APOIO

Fundação Ford
FAUUSP
Observatório das Metrópoles
Misereor

CAPA

Renata Miron de Aguiar
Thais Velasco

PROJETO GRÁFICO

Gabriela Gennari

FOTOS DO EVENTO

Anselmo Alves Jesus

FOTOS DAS DIVISÓRIAS

Ambiente Arquitetura

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Qual lugar das assessorias técnicas na luta por
garantia de direitos [livro eletrônico] : uma
reflexão crítica sobre a prática profissional
em parceria com os movimentos sociais /
organização Renata Miron de Aguiar, Thais
Velasco. -- 1. ed. -- São Paulo : Ambiente
Trabalhos para o Meio Habitado, 2024.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-996448-1-8

1. Direitos sociais 2. Garantias constitucionais -
Brasil 3. Garantia (Direito) 4. Movimentos sociais
I. Aguiar, Renata Miron de. II. Velasco, Thais.

24-218565

CDU-342.7

Índices para catálogo sistemático:

1. Direitos sociais : Direito constitucional 342.7

CONVIDADOS

MESA 1

QUAL O LUGAR DAS ASSESSORIAS TÉCNICAS NA LUTA POR GARANTIA DE DIREITOS?

Camila D'Ottaviano (FAUUSP)
Donizete Fernandes (UMM-SP)
Maria Isabel Cabral (Ambiente Trabalhos)
Lídia Brunes Silva de Souza (UNMP-PE)
Renata Miron de Aguiar (Ambiente Trabalhos)
Fernanda Simon (CAU/SP)
Thais Velasco (Ambiente Trabalhos e Observatório das Metrôpoles)

MESA 2

A ATUAÇÃO DAS ASSESSORIAS TÉCNICAS E O COMPROMISSO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM DEFESA DO DIREITO À MORADIA E À CIDADE: POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Alberto Freire da Silva (UNMP-PB)
Eleonora Mascia (CAIXA)
Luciana Lago (NIDES/UFRJ)
Maria das Graças Xavier (UNMP-SP)
Rosangela Paz (PUC-SP e Ambiente Trabalhos)
Felipe Nin (UNMP-RJ)

MESA 3

DESAFIOS PARA O FUTURO EM ATHIS

Denise Morado Nascimento (PRAXIS EA/UFMG)
Evaniza Rodrigues (UNMP)
Taina De Paula (Secr. Meio Amb. e Clima/RJ)
Maria das Graças Xavier (UNMP-SP)

OFICINAS: ENTRE A EXPERIÊNCIA COLETIVA E A ATUAÇÃO PROFISSIONAL

OFICINA 1

ATUAÇÃO EM OCUPAÇÃO EM ÁREAS CENTRAIS

Adelcke Rossetto (Integra)
Francisco Comaru (UFABC)
Felipe Nin (UNMP-RJ)
Sidnei Pita (UNMP-SP)
Raissa Pignoni (Ambiente Trabalhos)

OFICINA 2

ATUAÇÃO EM FAVELAS

Mara Ribeiro (Secr. de Favelas UMM-SP)
Nunes Lopes dos Reis (Peabiru)
Talita Gonzales (LABJUTA/UFABC)
Yuri Duarte Lopes (Assessor Téc. UNMP-PB)
Paula Paschoal (Ambiente Trabalhos)

OFICINA 3

ATUAÇÃO EM CONSTRUÇÃO DE MORADIA POR AUTOGESTÃO E MUTIRÃO

Angela Amaral (Escola da Cidade/Ambiente Trabalhos)
José de Abraão (UNMP-SP)
Isac Marcelino (Usina)
Ricardo Gaboni (Ambiente Arquitetura)
Simone Inocência Teixeira (UNMP-GO)
Henrique Salva Geddo (Ambiente Trabalhos)

OFICINA 4

ATUAÇÃO EM ÁREAS SOB RISCO E DESPEJO

Cristiane Sales (UNMP-AM)
Elizabeth Othon (Fio)
Giovava Milano (UNIFESP)
Ivamberto Pereira (Assessor Téc. UNMP-MA)
Juliana Avanci (Ambiente Trabalhos)

SUMÁRIO

06 PREFÁCIO DA UNMP

07 APRESENTAÇÃO

09 QUAL O LUGAR DAS ASSESSORIAS
TÉCNICAS NA LUTA POR GARANTIA
DE DIREITOS?

37 A ATUAÇÃO DAS ASSESSORIAS
TÉCNICAS E O COMPROMISSO COM
OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM
DEFESA DO DIREITO À MORADIA
E À CIDADE – POTENCIALIDADES
E DESAFIOS.

59 DESAFIO PARA O FUTURO EM ATHIS

83 OFICINAS

88 CARTA ABERTA

PREFÁCIO DA UNMP

HISTORICAMENTE AS ASSESSORIAS TÉCNICAS SÃO ALIADAS DE LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE MORADIA e fazem parte da trajetória da União Nacional por Moradia Popular (UNMP). Compreendemos que a assessoria técnica é um elemento estratégico na reivindicação da construção de cidades mais justas, de forma a valorizar a autogestão na produção habitacional enquanto alternativa emancipadora. Defendemos que esses grupos profissionais sejam compostos por profissionais comprometidos com as lutas dos movimentos sociais, aqueles que realmente entendem e vivem a necessidade de uma reforma urbana. São parceiros não só na construção de moradias, mas na construção de políticas públicas.

Rejeitamos a lógica do mercado que objetifica e padroniza projetos para classe trabalhadora, desconsiderando seus anseios e suas reais necessidades. Propomos a autogestão como um caminho alternativo e libertador na construção de moradias e de comunidades! Acreditamos que a produção habitacional deva ser resultado de processos participativos, onde as escolhas e decisões sejam compartilhadas entre futuros moradores sob a orientação técnica de sua assessoria técnica popular. Esta é uma forma de trabalho que não apenas garante a construção de moradias de qualidade, mas também fortalece a vida comunitária solidária e a busca por uma melhor qualidade de vida.

A autogestão habitacional é um ato de resistência e de poder popular! As assessorias técnicas fazem parte de um importante instrumento de luta popular!

Juntos, com a força dos movimentos sociais e das assessorias técnicas comprometidas, podemos desafiar e transformar a ordem estabelecida, com moradias que sejam símbolos de luta e de conquista. Este é o nosso manifesto por uma reforma urbana autogestionária, pela construção de uma nova sociedade.

AVANTE, COMPANHEIRADA!

APRESENTAÇÃO

POR

THAIS VELASCO E

RENATA MIRON DE AGUIAR

EM 2023, A AMBIENTE TRABALHOS PARA O MEIO HABITADO E A UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR uniram-se para realizar, na cidade de São Paulo, um evento importante para o debate dos direitos sociais e do papel das assessorias técnicas. Realizado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-Maranhão) da Universidade de São Paulo (USP), o seminário intitulado “QUAL O LUGAR DAS ASSESSORIAS TÉCNICAS NA LUTA POR GARANTIA DE DIREITOS?” reuniu, durante dois dias, lideranças do movimento social, acadêmicos e profissionais das mais diversas áreas, todos comprometidos com a reflexão e a ação em prol da garantia de direitos. O evento contou com a parceria de fomento do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, através do edital de ATHIS de 2022, e com o apoio da Ford Foundation, FAUUSP, Misereor e INCT Observatório das Metrôpoles.

Este evento marcou um espaço de diálogo e troca de experiências entre diferentes agentes envolvidos na luta pelos direitos sociais. A participação de lideranças do movimento social trouxe à tona as demandas e desafios enfrentados na prática cotidiana no trabalho de base com a população, revelando as contradições e injustiças perpetuadas pelo sistema capitalista. Por outro lado, a contribuição dos acadêmicos e profissionais do campo das assessorias técnicas permitiu um aprofundamento teórico e metodológico da prática, promovendo uma visão crítica sobre o tema. Essa articulação entre teoria e prática mostrou-se essencial para fortalecer as resistências populares e construir alternativas emancipadoras diante das opressões e desigualdades estruturais.

Os textos que compõem esta publicação são frutos das discussões e debates realizados durante o seminário. Eles abordam diversas perspectivas e experiências, revelando a complexidade e a importância das assessorias técnicas na efetivação de direitos. As reflexões aqui presentes destacam como essas assessorias podem atuar junto da população, aliando o conhecimento técnico e as políticas públicas, com a finalidade de potencializar a luta por uma sociedade mais justa. Destacar a importância deste evento e da temática discutida é reconhecer o papel estratégico das assessorias técnicas na transformação social. Elas não apenas contribuem para a melhoria das condições de vida das comunidades, mas também fortalecem a participação popular, elementos fundamentais para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, um ato político. A publicação que agora se apresenta é, portanto, um registro do compromisso coletivo em repensar e reinventar as formas de atuação técnica e social em prol da garantia de direitos.

Que esta publicação inspire novos debates, práticas e políticas que continuem a fortalecer a luta por direitos!



**QUAL ●
LUGAR DAS
ASSESSORIAS
TÉCNICAS NA
LUTA POR ●
GARANTIA DE
DIREITO ●?**

Camila D'Ottaviano

FAUUSP

Donizete Fernandes

COORDENADOR EXECUTIVO UMM-SP

Maria Isabel Cabral

AMBIENTE TRABALHOS

Lídia Brunet Silva de Souza

COORDENADORA NACIONAL UNMP-PE

Renata Miron de Aguiar

AMBIENTE TRABALHOS

Fernanda Simon

CONSELHEIRA CAU/SP

MEDIAÇÃO

Thaís Velasco

AMBIENTE TRABALHOS E
OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES

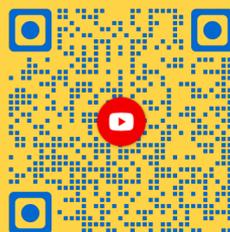
MESA 1

Elementos de reflexão referentes ao papel da assessoria técnica, em parceria com os movimentos sociais organizados, foram pontuados, a partir da criação e implementação de propostas de políticas públicas, valorizando a relevância da prática profissional na condução desses processos.

Historicamente as assessorias técnicas, que atuam com movimentos de moradia, exercem um papel fundamental na construção democrática popular, colaborando e participando dos espaços de tomadas de decisão ou ainda articulados em redes para pressionar e propor políticas públicas, sejam espaços institucionalizados.

Buscou-se refletir sobre as experiências concretas e acumuladas de políticas públicas que foram construídas com a participação de profissionais de assessorias e lideranças de movimentos sociais, como é o caso da Política Nacional de Habitação de forma mais ampla, e de forma mais específica, programas como Minha Casa Minha Vida Entidades, por exemplo.

Neste sentido, o debate também trouxe uma reflexão sobre a relevância da atuação profissional, em espaços que estruturam a construção da cidade, capazes de fazer enfrentamento às diversas condições de vulnerabilidade social e risco ambiental vivenciadas pela classe trabalhadora.



CONFIRA A TRANSMISSÃO COMPLETA DA MESA

CAMILA D'OTTAVIANO

Creio que que não é à toa que a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) tem tido um papel de reflexão e de atuação, dentro das nossas possibilidades, nessa discussão da garantia dos direitos à moradia e à cidade. Professores da casa, como Ermínia Maricato, tiveram, e ainda têm, um papel fundamental na formação de várias gerações que passaram pela academia, mas também na luta política. Quando retomamos a história da gestão municipal da Luiza Erundina em São Paulo, da experiência da formação das assessorias técnicas, conseqüentemente estamos falando da Ermínia Maricato e do papel dela na Secretaria de Habitação da Prefeitura de São Paulo. Nesse sentido, a história da FAUUSP não é desvinculada, em momento algum, dessa luta. Quero deixar claro que não estou dizendo que a FAUUSP inteira esteve envolvida nessa luta, mas esse grupo e o papel que algumas pessoas tiveram foi fundamental na nossa história.

Hoje, com as políticas afirmativas e de cotas, já somos um lugar em que temos alunos que moram na Brasilândia, por exemplo. A graduação da FAUUSP mudou. Nós já tivemos as primeiras turmas se formando com alunos cotistas. Isso muda completamente a nossa realidade e me dá um prazer enorme poder falar isso.

Eu aprendo muito com o movimento social e com as pessoas com quem tenho oportunidade de conviver, não me sinto confortável em assumir um papel hierárquico de professora. Acredito que é uma relação de troca. Existe esse desejo de troca nessa relação entre movimento, assessoria técnica e academia.

Cabe contar um pouco a história do local em que estamos realizando este Seminário, para contextualizar como isso acaba interferindo no tema da assessoria técnica. Nesta casa viveu o Conde Álvares Penteado, um fazendeiro de café. Os móveis e os desenhos são todos de pés de café. Esta casa foi construída nos primeiros anos do século



Camila D'Ottaviano em sua exposição no Seminário Nacional de Assessorias Técnicas, em 2023.

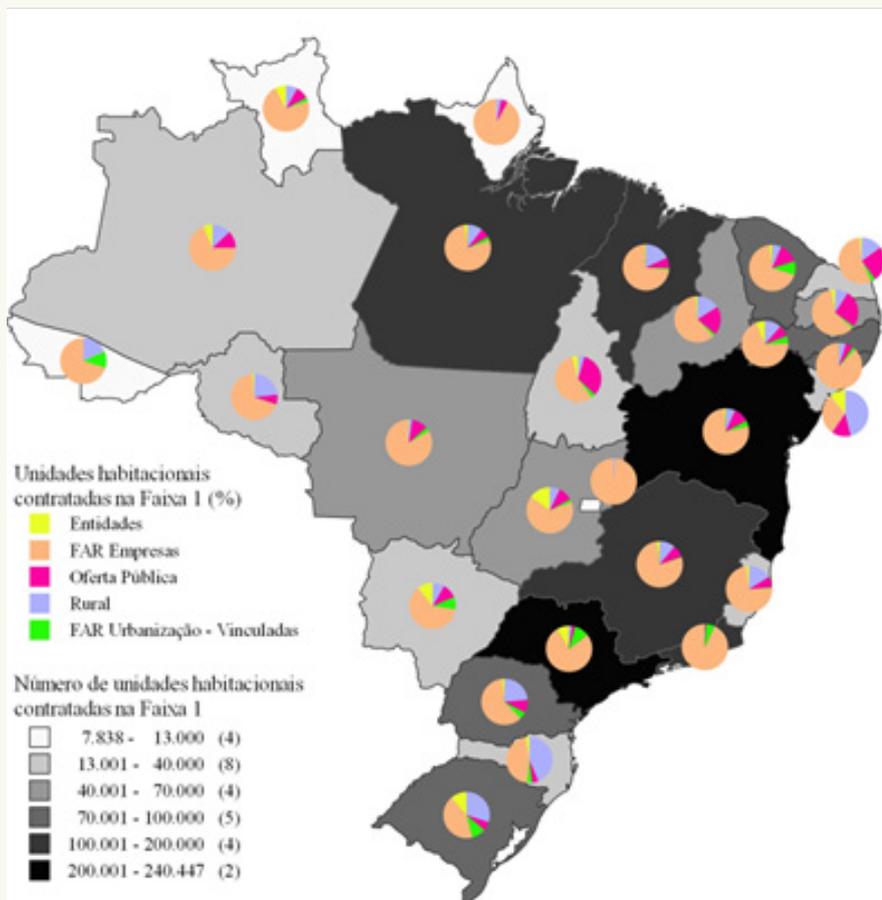
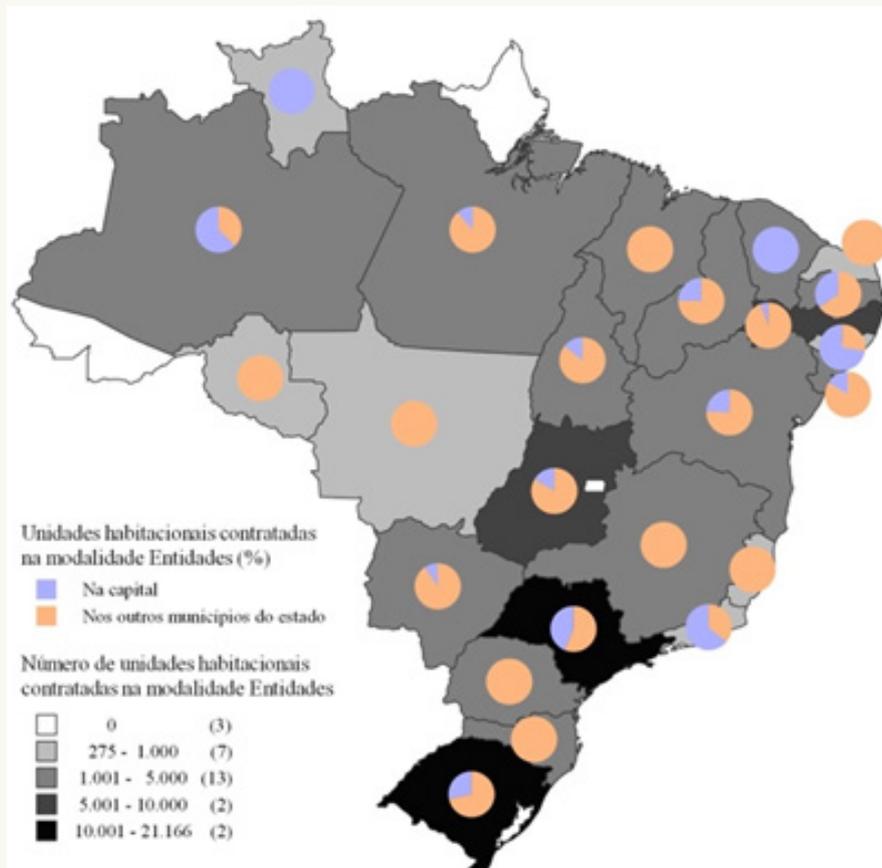
XX, tem mais de 100 anos e abrigava o Conde e a família de sua filha. Eram duas famílias que moravam no casarão. Quando o Conde faleceu nos anos 1940, ele doou a casa para a Universidade de São Paulo para a criação um curso ligado à área de artes. Na Universidade de São Paulo (USP), na época, só havia um curso de engenheiro-arquiteto, vinculado à Escola Politécnica. Então, em 1947, quando os estudantes que iriam prestar prova para o curso de engenheiro-arquiteto descobriram que a casa tinha sido doada para um curso da área de artes, eles se mobilizaram para a criação de um curso de arquitetura e urbanismo. Com isso, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) foi fundada em 1948, na casa que hoje é conhecida como FAU-Maranhão. Aqui é onde foi ministrado o primeiro curso de arquitetura e urbanismo da Universidade de São Paulo. Mais tarde, em 1969, o curso foi transferido para a Cidade Universitária, no Butantã, e, a partir de 1972, este prédio se tornou a sede da pós-graduação. O prédio passou por muitas transformações ao longo dos anos. Hoje, vemos todos os prédios ao redor onde antes era o jardim, e entramos pelos fundos, já que a doação foi apenas do edifício e não a área dos jardins, que foi vendida e acabaram edificadas com o tempo. Desde então, muitas outras mudanças aconteceram, também no campo da arquitetura, uma profissão que na sua origem era majoritariamente masculina. Hoje temos ambiente e profissão mais diversificados e inclusivos. E justamente por isso, hoje é possível ver esse edifício sendo usado e ocupado pelo movimento de moradia. A FAUUSP passou por várias mudanças e conquistas, e é importante comemorar todas essas transformações.

A academia tem muito a contribuir, tanto no registro quanto na análise do potencial de cada uma dessas ações dos movimentos de moradia e suas assessorias técnicas.

Essa ocupação da cidade e dos seus edifícios institucionais, de forma geral, nos faz refletir sobre o lugar das assessorias técnicas e a importância da reflexão a partir da prática de vocês. E é exatamente esse processo de discussão que estamos trazendo como temática. É interessante notar como a ocupação deste espaço foi mudando ao longo do tempo e como as discussões do movimento de moradia puderam ocupar este lugar hoje.

Mapa Unidades Habitacionais contratadas no Faixa 1 (MCMV).
 Fonte: D'OTTAVIANO, M.C.L. Habitação, autogestão & cidade. 2021.

Mapa Unidades Habitacionais contratadas no Entidades (MCMV).
 Fonte: D'OTTAVIANO, M.C.L. Habitação, autogestão & cidade. 2021.



Eu falo de um lugar um pouco cômodo, que é a academia, mas sei que há uma dificuldade enorme em refletir a partir da própria prática, eu sei e reconheço. Porém é justamente essa a contribuição que a academia pode oferecer, evitando partir sempre do zero, podemos aprofundar e dar continuidade às discussões e estudos na área de arquitetura e urbanismo.

Quero enfatizar que esse é um papel importante da academia: contribuir para a reflexão crítica, a partir da prática, e auxiliar nesse processo de evolução e mudança das políticas públicas, por exemplo. Não queremos insistir nos erros passados, para isso as pesquisas podem contribuir no sentido do olhar crítico. Não se trata de algo simples, mas é uma oportunidade valiosa de contribuição com a sociedade. O papel da academia é potencializar os outros atores, que estão atuando na prática. O que queremos destacar é a potência das modalidades de autogestão e, mesmo assim, podemos fazer críticas construtivas e aproveitar o que já foi conquistado.

Os estados que mais aprovaram projetos da faixa 1 do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), durante os governos Lula e Dilma, foram São Paulo e Bahia. Em relação ao MCMV – Entidades, os estados com maior número de projetos e unidades aprovadas foram São Paulo, Rio Grande do Sul e Goiás.

Essa é uma reflexão importante, pois nos permite analisar as estratégias adotadas pelos estados que obtiveram sucesso na aprovação de projetos, para que possamos utilizá-las como modelo e aprimorar as propostas para o próximo ciclo. Esse é um objeto de nossas pesquisas.

Outro ponto relevante é o papel da Assessoria Técnica na luta pela garantia de direitos. Existe um papel relevante, entre outros, da capacidade de viabilização de projetos em momentos cruciais, rapidamente. Em São Paulo, temos uma parceria política entre os movimentos sociais e as assessorias técnicas, o que potencializa a existência de tantas experiências para avaliar, analisar e usar como modelo. É importante ressaltar



Professora Camila D'Ottaviano no Seminário Nacional de Assessoria Técnicas, em 2023.

que estamos falando especificamente de São Paulo, e não podemos generalizar para o Brasil como um todo. Porém, São Paulo tem uma potência única devido à parceria política entre os movimentos sociais e as assessorias técnicas, o que resulta em um grande número de projetos autogestionados. Isso nos proporciona uma rica fonte de estudos e modelos para análise.

Existe uma pesquisa de mestrado, orientada por mim, com um levantamento de todos os projetos aprovados pelo MCMV-Entidades em São Paulo, com uma ficha técnica de cada um dos empreendimentos. Isso traz visibilidade e potencialidade para replicar experiências em outras regiões.

Por fim, é importante mencionar a gama de projetos produzidos. Alguns projetos, como o Condomínio do Alexios Jafet, em São Paulo, são capazes de exemplificar a variedade e potencialidade que cada um desses empreendimentos traz. Esses projetos são fruto de vários movimentos e demonstram a importância da diversidade e localização no território.

A academia tem muito a contribuir, tanto no registro quanto na análise do potencial de cada uma dessas ações dos movimentos de moradia e suas assessorias técnicas.

Destaco o projeto Dandara, por exemplo, que foi o primeiro projeto de reforma aprovado pelo programa MCMV para edifícios existentes. Além disso, foi o primeiro edifício aprovado pelo movimento com doação do imóvel pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Esse acúmulo de conhecimento e parceria entre o movimento e a assessoria é muito importante para potencializar o programa e está registrado

nas pesquisas desenvolvidas. A parceria multidisciplinar envolve profissionais de diferentes áreas, como arquitetos, engenheiros, assistentes sociais, psicólogos, geógrafos e advogados. Temos que pegar experiências como o Dandara, o Alexios Jafet e levar para a discussão do próximo programa a ser criado, junto com o governo federal, com os ministérios. E mostrar que a moradia é fundamental para o acesso a outros direitos e por isso sua importância e a do trabalho da assessoria técnica.

A parceria entre a assessoria técnica e o movimento de moradia é fundamental para potencializar o programa e melhorar a qualidade das pesquisas e projetos. A qualidade do que vem sendo produzido pelos movimentos, em parceria com as assessorias técnicas, é a grande chave fundamental desse processo. Esse é o papel mais relevante das assessorias, trazer qualidade a esse processo. Inclusive, através dessa relação de parceria, é possível que os movimentos sociais tenham ainda mais condições de mobilização e reivindicação, pois possuem um respaldo técnico alinhado com suas lutas políticas. Lembrando que a assessoria técnica é um coletivo multidisciplinar.

Agradeço a oportunidade de compartilhar essas reflexões que, espero, sejam construtivas.

RENATA MIRON DE AGUIAR

Início o debate reforçando a relevância do questionamento que é tema do seminário: Qual papel das assessorias técnicas na luta por garantia de direitos? Qual o papel das assessorias técnicas na luta dos movimentos sociais? Esse é um momento político propício para que possamos refletir, inclusive, pela diversidade de convidados que compõem a mesa. Eu início na tentativa de esboçar uma reflexão a partir da experiência e atuação profissional como membro de uma Assessoria Técnica que atua com os movimentos sociais organizados na luta por moradia e que tem a sua trajetória fincada na prática, na base da classe trabalhadora. Sendo assim, acredito que represento muitos colegas e companheiros de assessoria técnica. Eu falo do lugar da prática, do lugar das experiências profissionais vividas na ponta da política pública e nessa busca profissional por cidades mais igualitárias. Somos assessores da prática, e nesse contexto, nós sabemos que essa luta possui nome, sobrenome, filhos, problemas advindos do enfrentamento da realidade do cotidiano do trabalhador. Vivenciamos através da nossa atuação profissional a vida de muitas e muitas famílias, grandes companheiros de luta e, nesse sentido, nós somos para além de arquitetas, engenheiras, assistentes sociais e advogadas, nós somos formadoras políticas, nós somos formadores sociais. Neste contexto politizar a nossa prática, politizar a nossa fala é quase que um exercício obrigatório dentro do nosso fazer profissional.

Ter a oportunidade de discutir a partir da prática é reflexão obrigatória sobre qual o nosso papel dentro dos movimentos sociais e sobre a nossa militância política dentro do exercício profissional. Cabe apontar que acima das divergências, afinal elas existem e estão presentes no dia a dia, está a clareza quanto ao direcionamento político da nossa prática e sobre a importância de disputar nosso lugar na construção de cidades justas.

Atuar na ponta dessas políticas públicas, que são as bases dos



Renata Miron no
Seminário Nacional
de Assessorias
Técnicas, em 2023.

Equipe de
organização do
Seminário Nacional
de Assessorias
Técnicas, em 2023.

movimentos sociais, vai nos obrigar a refletir sobre as estruturas que orientam nossa sociedade, nos colocando também num lugar de enfrentamento ao capitalismo, ao machismo, ao racismo, a cultura do individualismo, que reforça a todo momento que se “você” não conseguiu adquirir sua casa própria é porque provavelmente não houve esforço suficiente, “você trabalhou pouco”. O discurso da meritocracia e o discurso do ódio, elementos presentes na fala da população, na fala dos trabalhadores, talvez represente nossos maiores desafios, não marcadas por resoluções técnicas de obra ou projeto, mas pelo desafio em articular profissionais, lideranças e trabalhadores em processos democráticos e emancipatórios.

Hoje, falamos de dentro de um edifício público de uma faculdade de arquitetura, que sedia o Seminário, e, portanto, é oportuno destacar que ainda que a arquitetura represente um elemento relevante dentro de uma assessoria técnica de moradia, certamente ela não é a estrutura mais importante. Ela é parte do conjunto de processos políticos que objetivam o resultado do que a arquitetura precisa materializar. Nós, arquitetas e arquitetos, não somos protagonistas nesse contexto e é preciso fazer um exercício crítico sobre o projeto como resultado de um processo político de luta, no qual outros companheiros desempenham papéis também relevantes e que vão incidir no resultado do desenho. Precisamos nos despir das vaidades para aprender a projetar à muitas mãos, prática que normalmente não treinamos dentro dos espaços de formação profissional. Precisamos aprender a projetar valorizando o lugar da discussão na elaboração de projeto, validando a estética que a população discutiu, nos permitindo problematizar o que é o bonito, o feio, para além das referências que aprendemos nos espaços acadêmicos. Projetamos não para sair nas revistas de referências, mas mediante o enfrentamento da cidade real. Projetamos o que é possível, porque atuamos sob condições difíceis

de trabalho, para possibilitar qualidade de vida.

Olhando para os companheiros que representam os movimentos sociais por moradia aqui presentes, valorizo os avanços e dimensiono o quanto ainda precisamos avançar, o quanto é difícil seguir resistindo. Remeto ao formato inadequado dos programas de produção de moradia existentes, ainda que represente importantes conquistas sociais de embates permanentes na perspectiva da moradia enquanto direito. Neste cenário, atuamos em meio arranjos profissionais confusos, em programas destinados aos movimentos sociais, mas regrados pela lógica capitalista do mercado imobiliário. Então a gente sofre do começo ao fim dentro de um empreendimento tentando vestir uma roupa que não cabe, nem às assessorias e nem aos movimentos sociais.

Nesse sentido, a gente segue, resiste e acho que um dos nossos maiores legados é demonstrar que apesar de todas as dificuldades, a gente consegue fazer e fazer bem, consegue fazer direito apesar

de todos os desafios desse caminho, e que é importante combater o déficit quantitativo, mas é também importante combater o déficit qualitativo. Acredito que as assessorias, dentre outras coisas, se colocam nesse lugar de apontar que é possível, evidenciando uma forma de atuar que não se apresenta como modelo único de enfrentamento ao problema habitacional nas cidades, mas que pode balizar a qualidade do que é produzido. Ainda que as condições estejam longe da ideal, também é possível identificar que houve grandes avanços e que a luta não é só dor. Muitos avanços também são frutos do nosso trabalho, do trabalho dos assessores, profissionais engajados, que por meio da experiência prática aliadas a força e organização dos movimentos sociais, traçaram importantes conquistas dentro da política pública de habitação. Posso citar a compra antecipada de terrenos, o reconhecimento do trabalho social como parte integrante das assessorias técnicas, atualmente reconhecido dentro dos programas federais e em alguns municípios, liberação



Seminário Nacional de Assessoria Técnicas, em 2023.

antecipada de recursos e tanto outros instrumentos que visam fortalecer a autonomia dos grupos organizados.

Vivemos novamente um período progressista na política, momento importante para refletir e questionar nosso espaço político dentro de novos desenhos e arranjos na promoção de programas públicos, afinal, atuar na ponta dessa estrutura nos permite analisar a forma com as quais a operacionalização da política pública se apresenta nas urgências do dia a dia e como essa condução pode ser mais adequada, por meio de melhores regras, condizentes com a realidade que enfrentamos e desejamos melhorar.

Nós, assessorias técnicas, não nos reduzimos à prestadores de serviços. Somos profissionais movidos e que também movem a prática profissional pela qual atuamos. E aí, reforço que o trabalho da assessoria é diário, é contínuo e ele não pode ser desenvolvido nas horas vagas ou nas horas remanescentes de outras atividades. Sob este aspecto, também aponto para nossa situação de trabalhadores precarizados. Então, para além dos desafios técnicos e políticos, também temos o desafio constante de tornar o nosso trabalho sustentável. E esse ponto precisa ser falado toda vez que possível, precisa ser lembrado e problematizado, já que também envolve uma discussão que passa pela política pública, passa por como a sociedade nos enxerga e como ela valoriza ou não o nosso trabalho na cidade.

E sobre esse ponto, o seminário também se propõe a estreitar relações entre assessorias técnicas e assessores, para além do Estado de São Paulo, reconhecendo e valorizando modelos distintos de assessorias, estruturas de organização que buscam responder a questões

reais de cada território de atuação do contexto nacional. Ainda, que a diversidade nos coloque muitas vezes em contextos distintos, acredito que seguimos compartilhando questões comuns que estruturam politicamente e historicamente nossa forma de atuação profissional.

Falando sobre tantos desafios e problematizando, ainda que de forma rápida, as questões complexas que envolvem a prática profissional das assessorias técnicas que trabalham com os movimentos sociais, me sinto honrada em compartilhar essa mesa de discussão com Maria Isabel Cabral. A Bel representa em si mais de 30 anos à frente de uma assessoria técnica, à frente da Ambiente.

Então, eu peço licença para me dirigir a Bel, que é uma referência dentro da trajetória das assessorias, uma profissional e militante capaz de trazer, através de suas experiências vividas, várias das questões que debateremos aqui.

A Ambiente é uma assessoria que caminhou historicamente com os movimentos sociais na luta pelo direito à moradia e a cidade, colaborando com a construção de programas habitacionais nos âmbitos municipais, estaduais e federais, que academicamente registrou muito pouco, quase nada, mas justamente porque sempre estive mergulhada na execução da prática na defesa por garantia de direitos.

Neste contexto, ressalto a importância de ter a Bel aqui presente, compondo a mesa, dentro de uma universidade pública de arquitetura e urbanismo. A história da Bel se confunde com a história do Ambiente e se confunde com a história dos movimentos sociais de São Paulo. Foram anos de atuação profissional junto com Ricardo, numa construção

coletiva contribuindo com a discussão sobre o que é Assessoria. Foi com a Bel que eu e outros companheiros que estão aqui presentes hoje, aprendemos a trabalhar como assessores técnicos. Aprendemos que assessorar é uma atividade constante, contínua e que é uma atividade profissional. Uma relação complexa marcada por entraves, embates, mas cheio de afeto, esperança e vontade de esperar.

A gente enfrenta a operacionalização de um programa público, nos desgastamos, enfrentamos dificuldades em concluir as obras, contestamos as regras nas quais nos submetemos, e vem um projeto novo, uma obra nova e renovamos as energias e começamos a discutir tudo de novo, com a esperança de que dessa vez vai ser melhor, ainda que saibamos que nem sempre isso é possível.

A Ambiente me mostrou que ser assessoria não é estar presente às vezes, é estar presente sempre, aliada a luta dos movimentos sociais, reconhecendo que cada grupo organizado tem suas características e que cabe a nossa atuação profissional se adequar, que cada projeto é único e que as escolhas dos trabalhadores organizados precisam ser valorizadas, num exercício constante sobre o olhar da nossa atuação individual sobre um contexto coletivo.

E neste contexto, cada conquista do movimento social, cada lugar que se ocupa, cada projeto, cada programa público, cada disputa política, cada moradia construída valorizando a autonomia do trabalhador, são espaços propícios para que possamos refletir: qual o papel das assessorias técnicas na luta por garantia de direitos?

ISABEL CABRAL

A gente sempre trabalhou com muita emoção e falando especialmente da minha trajetória, é um momento de fechamento de ciclos extremamente importante para a Ambiente, assessoria técnica da qual eu faço parte. Eu acho que esse momento que vivemos agora também será especial para esse universo todo de trabalho dos assessores técnicos, que é o trabalho que a gente faz há tanto tempo. Agradeço muito aqui aos nossos, à nossa família, que sempre tem uns atritos, mas para mim é mais do que uma honra ter percorrido esse caminho.

Trabalhar como assessoria técnica foi o que eu quis na vida e vejo, nesse final de carreira que está se desenhando, o quanto de trabalho foi desenvolvido. Eu estava morrendo de medo de fazer uma reflexão sobre o assunto, porque faz muito tempo que não estou em espaços que abrigam essa possibilidade.

Passamos por muitas coisas, inclusive uma pandemia e, mesmo assim, o retorno que temos do movimento de moradia e das famílias é proporcional ao tamanho da emoção e felicidade que nos move, contrariando todos os desafios que a gente tem, que não são poucos.

Então, pensando um pouco nesse tema de qual lugar das assessorias na luta por garantia de direitos, quero tratar de uma forma breve através da minha vivência como profissional, como assessora, atuante há 33 anos junto com o movimento de moradia, muito especialmente à União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM/SP). Tomando um resgate histórico, a assessoria técnica Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado foi fundada em 1992, no final da gestão da prefeita Luiza Erundina, no município de São Paulo, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Essa gestão foi de 1989 a 1992 e nós trabalhamos nesse corpo técnico, Ricardo Gaboni e eu, que é quem fundou a Ambiente comigo, meu companheiro de trabalho e de vida também, desde então.

Desde essa época, a nossa preocupação enquanto assessoria sempre foi, também, com a formação de profissionais. Tanto nesse período quanto no decorrer de toda a nossa trajetória, trabalhamos com estudantes de arquitetura, de engenharia, depois também na parte social com os psicólogos, assistentes sociais, etc. E sempre com a preocupação de formação dos profissionais na prática, por meio de um trabalho meio invisibilizado, já que não era usualmente tratado dentro das universidades.

Hoje tem muito mais desse tipo de ação. Destaco isso como algo muito importante para a Ambiente, ter os estudantes se formando na prática do canteiro e do diálogo com o movimento. E é muito especial isso, tanto para o nosso trabalho quanto também para formar profissionais para essa área, que ainda é tão carente.

Podemos dizer que a maioria das assessorias técnicas, que trabalharam nessa década de 1980 e 1990, estiveram sempre alinhadas com as políticas habitacionais e com os programas habitacionais. E tiveram um trabalho bastante consistente, uma participação muito grande nesses programas e no poder público.

Com a finalização ou a paralisação desses programas municipais de São Paulo, após a gestão da Erundina, havia um total de 120 empreendimentos contratados. A UMM/SP, que foi o movimento com o qual nós estivemos trabalhando nesse período, liderou uma luta enorme, uma reivindicação com muita articulação dos movimentos, para retorno dos programas. Infelizmente não ocorreu. Não havia interesse por parte dos governos, o que não é surpresa nenhuma. Não há interesse da maioria das

gestões de governo em manter um programa voltado para a autogestão, uma produção habitacional com participação. Não interessa nem aos governos, nem ao mercado.

Nós estivemos sempre juntos, enquanto assessoria, lutando junto com os movimentos. Isso é uma questão que sempre se repetiu, não foi só nesse momento que ficamos um tempo enorme com projetos com obras paralisadas. Por isso é importante demonstrar para a sociedade que isso não é um problema de incapacidade dos movimentos ou assessorias.

Mosso trabalho é para que as pessoas possam viver dignamente, porque essas experiências vão se somando na vida delas.

Depois ainda teve um momento, nesse período de 1992 e 1993, de luta para avançar com programas habitacionais com autogestão junto com o governo do estado de São Paulo. Então, novamente nesse formato de parceria movimento-assessoria, foi firmado um programa experimental de mutirão, que mesmo mostrando o histórico do que já tinha sido produzido, tinha uma força de contraposição muito grande, dos governantes e da direção da CDHU, para que não fosse viabilizado.

Fizemos quatro projetos que abriram o caminho para outros no futuro. Nós, como Ambiente, participamos de dois. Em um dos projetos, eles

questionavam muito o projeto estrutural, até o ponto em que ofertaram uma empresa que eles costumavam trabalhar para executar o serviço. Era uma forma muito comum deles trabalharem, ainda hoje isso acontece, que não concordamos. Isso acabou nos prejudicando bastante, mas no final, conseguimos viabilizar os projetos.

E sempre com a preocupação de formação dos profissionais na prática, por meio de um trabalho meio invisibilizado, já que não era usualmente tratado dentro das universidades.

Trabalhamos durante esse tempo não só como o braço técnico, mas também construindo relações. São relações com as famílias onde trabalhamos para ter projetos que são dignos, fora do que o mercado produz, não convencionais.

E tiveram muitas assessorias técnicas nessa época. Depois algumas precisaram se desfazer e outras poucas sobreviveram, resistentes. Uma delas é a Ambiente! Fizemos muitas coisas com o movimento, com a UMM/SP, não só na produção habitacional, mas em programas e políticas habitacionais. Sempre como um braço técnico e político, tendo como objetivo o entendimento que temos sobre o que deve ser a moradia e a cidade mais inclusiva.

Foi uma busca constante, dentro dos limites impostos pelas condições de cada época, para alcançar resultados em que as pessoas morem dignamente, que tenham direito à arquitetura também. Buscamos muito a participação dentro dessas imposições restritivas. Nosso trabalho é para que as pessoas possam



Isabel Cabral e os demais convidados da mesa de abertura no Seminário Nacional de Assessoria Técnicas, em 2023.



viver dignamente, porque essas experiências vão se somando na vida delas. Vamos propondo, a partir da nossa experiência junto ao movimento, constituindo uma troca de saberes.

Dentro desses avanços e lutas, chegamos no programa Crédito Solidário, do Governo Federal, e, depois, o Minha Casa Minha Vida (MCMV) Entidades, que teve uma participação bastante grande das assessorias para que pudesse ser viabilizado.

Esse trabalho coletivo que temos feito ao longo desses anos, possibilita uma construção de cidades menos desiguais, pelo menos dentro do que é possível abarcar. Nos contrapomos, dentro do possível, a essa cidade que beneficia tão poucos. Então, nosso foco, não é só com a construção das moradias, mas no que podemos interferir e propor como soluções possíveis para cidades melhores. Isso é importante, eu acho, para a nossa sociedade como um todo.

Obrigada!

Isabel Cabral na
mesa de abertura

Integrantes da
Mesa **Qual o lugar
das assessorias
técnicas na luta
por garantia de
direitos?** no
Seminário Nacional
de Assessorias
Técnicas

DONIZETE FERNANDES

Recordando um pouco, há muito tempo atrás me lembro de ter vindo aqui para uma aula na Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo (USP), com a Professora Ermínia Maricato, discutindo praticamente os mesmos temas que estamos abordando hoje; a trajetória da União dos Movimentos de Moradia (UMM/SP).

A UMM/SP teve suas raízes nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica e nos partidos social-democratas, como o PT e o PSDB. Hoje, vemos que muitos partidos se dizem de esquerda, mas ainda têm uma abordagem social-democrata.

Mas também nasceu na academia, nas faculdades de arquitetura, engenharia e direito, no Largo São Francisco (USP).

Um dos atores principais nesse processo de criação da UMM/SP foi a população que, na época, ocupava terras e debatia com a academia. Recebemos críticas de que o movimento se institucionalizou, que só atua em programas de governo. Não é verdade, ainda fazemos a luta sim. E exigimos moradia com qualidade de vida e, para isso, precisamos contar com assessorias técnicas populares.

Em debates, muitas vezes enfrentamos a questão da lei da assistência técnica (Lei 11.888/08), mas é difícil fazer com que os prefeitos a coloquem em prática. Algumas prefeituras no Brasil não têm recursos nem para pagar seus funcionários, é irreal imaginar que irão pagar arquitetos para atuarem na assistência técnica. Nesse contexto, buscamos um programa que promova a produção de moradias por auto-gestão, o que exige o envolvimento da academia para orientar tecnicamente as comunidades. Embora recentemente só estamos recebendo críticas vindas da academia sobre nossa metodologia de ação.

A autoconstrução é importante, como vimos na experiência em Brasilândia que participamos como movimento social organizado, mas é fundamental que pessoas tenham acesso a benefícios técnicos vindos de profissionais que estudaram por anos para entender como

proporcionar moradias de qualidade. Nas periferias de São Paulo, a urbanização é um desafio, e é aí que a assessoria técnica popular entra em cena.

Às vezes, nos recusamos a conversar com certas pessoas, mas precisamos nos unir para alcançar nossos objetivos em prol da população e da qualidade de vida nas moradias.

Eu sou o fundador da UMM/SP e também da União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e afirmo que nossos companheiros frequentemente se deparam com técnicos que querem ditar o que fazer, mas nós nos preparamos para apresentar nossas ideias e perspectivas contrárias às deles. O movimento de moradia é autônomo, e essa autonomia se aplica também às assessorias técnicas. Temos muito prazer em receber as ideias dos técnicos relacionadas ao direito à cidade, pensando no que é melhor para o povo. É preciso que arquitetos, engenheiros, assistentes sociais e psicólogos dialoguem com as comunidades para buscar o bem da cidade e o direito à cidade para todos. Mas uma pergunta que deixo para o movimento popular é se estamos interessados em nos preparar para contrapor às ideias e apresentar nosso ponto de vista?

Enquanto Assessoria Técnica, especialmente os arquitetos, devemos nos envolver mais, e o sindicato dos arquitetos deve ser mais ativo em prol da causa. Essa base sindical precisa perceber seu papel na luta pela moradia com qualidade de vida e pelo bem da população, é preciso admitir que não temos essa força sólida. Realmente é difícil ter um sindicato ativo e autônomo, principalmente para os arquitetos e engenheiros.

Participei recentemente de uma reunião sobre os 60 anos do Seminário

de Habitação e Reforma Urbana, que ocorreu em Petrópolis em 1963, no Hotel Quitandinha, junto com o Fórum Nacional de Reforma Urbana. Eu digo que quando fazemos uma ocupação de um imóvel ocioso, sem função da propriedade, estamos realizando uma reforma urbana na prática, já que estamos tomando terrenos improdutivos para dar casa ao povo. Isso nos leva a discutir o direito ao solo. Estou representando a UMM/SP nessa discussão e quero enfatizar a importância da luta do movimento de moradia na reforma urbana e o papel crucial que as assessorias técnicas desempenham. Queremos levar essa questão adiante e mostrar o impacto positivo que podemos ter ao atuar como uma voz ativa e influente.

O papel da Assessoria Técnica para os direitos humanos é fundamental, pois ela desafia a falta de oportunidades e educa o povo.

Algumas pessoas criticam o movimento, alegando que estamos ligados ao governo, mas a verdade é que estamos lá para fazer a diferença. Temos representantes no Ministério das Cidades e na Secretaria de Periferias, e estamos trabalhando para levar nossas propostas e necessidades para serem ouvidas e atendidas, principalmente mostrando os resultados dos trabalhos técnicos e

sociais que realizamos junto com os companheiros de assessoria técnica.

Com a UMM/SP já realizamos 40 conjuntos habitacionais desde 1989, trabalhando em parceria com várias assessorias técnicas, como o GAMA com o companheiros Reginaldo Ronconi, CAAP do Leonardo Pessina, a Ambiente representada pela Isabel Cabral e o Ricardo Gabon,i e, com a Peabiru, no projeto do Butantã.

Um dos mais significativos que o movimento conquistou foi o Projeto Pirineus, localizado próximo à Avenida Angélica, aqui no centro da cidade de São Paulo. Apesar de ser um dos melhores projetos que temos na região, dentro do PT, ninguém fala sobre ele. Isso ocorre porque conquistamos esse projeto durante a gestão do PSDB, na época do Mário Covas. É essencial que reconheçamos e valorizemos o trabalho bem-sucedido, independentemente de questões partidárias. Também não é reconhecido pela academia em suas aulas, mesmo tendo tanta qualidade e sendo no centro da cidade.

Outra questão fundamental que a academia e, também as assessorias técnicas, devem divulgar é a estrutura democrática das nossas organizações, do movimento de moradia. Não cabe nenhum tipo de revanchismo se, algumas vezes, o movimento criticar a assessoria ou discordar da academia. O movimento fala com o povo e trabalha para o povo, para as oportunidades que beneficiem a população.

Por exemplo, o povo é criticado quando acessa as oportunidades, quando resolve estudar em pequenas faculdades particulares, pois são piores, mas o que não é dito é que não há espaço para os mais pobres estudarem na USP, em alguma universidade federal. Temos que ter governos que se preocupem com isso, que criem oportunidades para o povo mais pobre.

O papel da Assessoria Técnica para os direitos humanos é fundamental, pois ela desafia a falta de oportunidades e educa o povo. É uma maneira de capacitar e empoderar a população, possibilitando que ela se torne mais ativa e engajada na luta pelos seus direitos, inclusive o direito à moradia adequada.

O programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), que é uma iniciativa do governo federal brasileiro para proporcionar habitação às famílias de baixa renda, não é suficiente para atender todas as necessidades da população. Nós não queremos o mesmo MCMV que vai para as construtoras. Mas não podemos apenas criticar esse programa, a Assessoria Técnica busca fornecer alternativas e soluções mais adequadas às demandas das comunidades, levando em consideração aspectos como qualidade de vida, infraestrutura adequada, acesso a serviços públicos, entre outros.

Pela Fundação João Pinheiro saiu o déficit habitacional e muito se fala que tem mais imóveis vazios do que gente sem ter onde morar.

Precisamos pensar nisso, pois não é todo lugar que as classes mais altas, a classe média, querem morar. Imóvel vazio tem, mas precisa aprofundar o que quer dizer esses dados, porque muitos desses locais são insalubres e isso não está dito no que é divulgado nas pesquisas, essa é a realidade. Nem tudo que é dito pelos intelectuais, temos que aceitar sem questionar, digo isso mais uma vez.

Existe um conjunto da CDHU na Brasilândia, que foi feito por mutirão e autogestão, com assessoria técnica da Ambiente. Também foi feito um bairro errôneo na região, com mais de cinco mil moradias entre apartamentos e casas, que é um exemplo de como as políticas públicas podem afetar diretamente a vida das pessoas, especialmente as mais vulneráveis. Na época, houve a construção de uma Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) Feminina em um dos terrenos, onde hoje, o atual prefeito e governador de São Paulo têm planos de transformar o espaço em um albergue para abrigar a população que

vive em situação de rua na região da cracolândia. O meu questionamento é por que não é feito esse albergue em bairros ricos, nada contra a população de rua, mas ela precisa ter assistência das mais variadas formas e sabemos que o planejamento é colocar essa população ainda mais longe dos olhos dos ricos, da cidade. Essa população também precisa ter moradia, que é a porta de entrada de muitos direitos, incluindo a saúde.

Eu brinco que não quero mais participar do movimento de moradia, mas isso é minha vida. Estive no Chile recentemente, na HIC, que é a Coalizão Internacional do Habitat, e foi discutido a produção social do Habitat. Nós levamos o trabalho que fazemos, que é para quem não teve oportunidades, com renda de 0 a 3 salários mínimos e coletivamente nos reunimos para despertar essa população. Também foram apresentadas as experiências de ocupação no Brasil. Hoje, eu particularmente, junto com a Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste e Noroeste, que é filiada à UMM/SP, estamos trabalhando



Mesa Qual o lugar das assessorias técnicas na luta por garantia de direitos?, onde Donizete Fernandes fez sua fala.



Donizete Fernandes em sua exposição no Seminário Nacional de Assessorias Técnicas, em 2023.

com 17 ocupações na região do Jaraguá, Taipas e Brasilândia. Não temos mais esperança que seja feita uma urbanização decente, não tem assessoria técnica, e por iniciativa própria, a população se mobiliza para fazer a urbanização ao seu modo, sem nenhum outro apoio. Mas o que quero dizer é que essas ocupações também são produção social do habitat. Fui muito questionado na HIC por isso, já que não envolve qualidade de vida. Mas eu acredito no contrário, porque o povo está morando lá. Por isso, precisamos de assessoria técnica, para melhorar a qualidade de vida da população e ajudar a tomar decisões, nos locais que eles moram.

Precisamos levar os nossos arquitetos, os nossos engenheiros, a nossa assessoria técnica para discutir um projeto. Para mim, o papel da assessoria técnica é despertar nesta população o reconhecimento do seu direito, primeiro, à moradia digna, mas também ao direito de ter oportunidade de vida. Mas se nós tivermos um país democrático, podemos começar a ter essa oportunidade de vida. Temos que dar valor aos locais que essa população vive.

Estou emocionado por estar aqui na universidade, que é o lugar do povo.

Obrigado!

LÍDIA BRUNES

Além de ser Lídia Brunes, coordenadora da União Nacional por Moradia Popular (UNMP), eu sou oriunda de ocupação. Morei cinco anos no barraco de madeirite, de telha Brasilit de plástico e faço muita questão de dizer isso onde quer que eu esteja. E, hoje, estou cursando engenharia e tenho minha habitação, inclusive através da luta histórica do movimento, onde milito há 14 anos. E gostaria de refletir sobre o que intitulei como “para nossas lembranças”.

A Lei federal 11.888, de 2008, foi sancionada e este fato foi altamente comemorado pelos arquitetos e urbanistas. Além de instituir a assistência técnica para habitação de interesse social, a normativa alterou a Lei 11.124, de 2005, que criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

O FNHIS, inclusive, passaria a englobar a assistência técnica. Um vínculo da assistência técnica com o FNHIS foi considerado como passo importante, já que era ligado exclusivamente ao Ministério das Cidades. Em Pernambuco, nós temos a experiência de ter construído através do FNHIS 98 unidades habitacionais, junto com assessoria técnica, feito coletivamente. O FNHIS hoje está esquecido, mas não podemos esquecer dele porque foi um dos primeiros, assim como o Programa Crédito Solidário e outros, que trouxe a habitação de interesse social para o povo.

E falar de São Paulo, que é uma referência, nos remete às práticas de assessorias que surgiram com o caráter distinto, envolvendo forte articulação com os movimentos sociais de luta por moradia. Diversas experiências, na época, acabaram por consolidar uma forma de atuação dos arquitetos e urbanistas em parceria com os movimentos, na luta por moradia, fundamentada nos princípios de autogestão e ajuda mútua. Os futuros moradores participavam ativamente do processo, da elaboração dos projetos, das obras e das decisões. Sendo assim,

colaborando para consolidar essa prática em diversos estados que a UNMP atua, inclusive em Pernambuco, que onde atuou.

No contexto do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) Entidades, observamos as nossas lutas, enquanto movimentos sociais. Buscamos contrapor a lógica dominante na disputa do fundo público e das políticas habitacionais, defendendo o direito por meio de processos emancipatórios, enfatizando a importância da autogestão na produção habitacional. Isso se torna uma realidade em nossa organização e nas nossas relações vivenciadas, desde o início do projeto até o canteiro autogestionado.

Ao mencionar sobre essas ideias, apresento exemplos práticos, como o empreendimento chamado Júlia Beatriz, com 224 apartamentos, que foi construído de forma autogestionada pela entidade junto com a participação ativa do povo e do movimento. Nós nos reunimos e resistimos para construir, com assessoria técnica. Além disso, destaco outro projeto, em Caruaru, o Severino Quirino, com 192 apartamentos, também construído por autogestão com a colaboração das famílias que ocuparam o espaço.

A assessoria técnica é fundamental nesse processo, pois ela deve estar presente desde o início, junto com o povo, acompanhando a ocupação, a construção e todo o desenvolvimento do empreendimento. Tem que entrar no nosso mundo. Isso é essencial, pois nem sempre o que foi criado em lei é colocado em prática, seja por falta de recursos ou por desconhecimento da nossa história. Nossa troca de experiências e a presença de engenheiros, arquitetos e assistentes sociais na ocupação e no dia a dia

do projeto são fundamentais para que a autogestão seja efetiva e que os nossos direitos sejam garantidos. A assessoria técnica anda junto com o povo. É um trabalho conjunto em busca de uma habitação digna para todos, colocando em prática o que defendemos teoricamente.

No dia a dia do mutirão percebemos que a maioria é composto por mulheres.

Destaco os momentos dos mutirões com as famílias e que a assessoria técnica também se faz presente. É imprescindível que participem, para compreender o processo, não somente na fase de projeto. No dia a dia do mutirão percebemos que a maioria é composto por mulheres.

E por fim, o momento em que o presidente Lula dialoga com a gente, que a gente retoma o programa MCMV, é sinal que as nossas lutas também estão sendo retomadas. Retomamos num sentimento de sair da posição de oprimidos, pois nossas lutas sempre existiram e estivemos resistindo por todo o tempo.

A gente resiste, desde quando somos notificados por uma reintegração de posse, até garantir o direito de permanência. Só depois que é elaborado o produto junto com a nossa assistência técnica. São vários processos de aprovação, para que saia, de fato, a nossa habitação de interesse social e digna.

Então, o ocupar, o resistir, o elaborar e o construir, não é fácil. Eu trago isso como reflexão, onde é que a assessoria



Lidia Brunet
no Seminário
Nacional de
Assessoria
Técnicas, em
2023.



técnica entra? Ela não entra, ela já está. O papel dela é justamente esse, estar junto do povo, poder construir coletivamente, poder elaborar com os moradores, Volto a insistir que a moradia é a porta de entrada para todos os outros direitos. Estamos lutando por moradia e por cidades mais justas, e, junto com a nossa equipe, mostrando que não somos construtoras que constroem casa para vender, nós somos, entidades e movimentos, que constroem casas junto com o nosso povo, para que de fato eles possam sobreviver.

Obrigada!

FERNANDA SIMON

Antes de fazer uma breve contextualização institucional sobre o Conselho de Arquitetura e Urbanismo São Paulo (CAU/SP), quero me posicionar nesse assunto. Eu nasci em Santa Catarina e decidi me mudar para São Paulo para estudar sobre assessoria técnica, um trabalho que me interessa muito. Entendi que São Paulo seria o local onde tudo acontece sobre esse tema. Ao chegar, participei como aluna especial em uma disciplina ministrada pela Professora Ermínia Maricato, no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Em 2017, logo após a minha mudança, participei de um seminário da União Nacional dos Movimentos de Moradia (UNMP), no Sindicato dos Arquitetos de São Paulo (SASP), onde conheci o trabalho realizado pelo movimento, em especial a obra de José Maria do Amaral e do Florestan Fernandes, dois empreendimentos coordenados pelo Movimento Sem Terra Leste 1, na periferia de São Paulo. Essa experiência abriu meus horizontes e decidi seguir trabalhando o tema no meu mestrado no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), em São Carlos. Hoje, sou coordenadora da Comissão de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, conhecida como CATHIS. A sigla ATHIS, que significa Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social já está popularizada, se refere ao trabalho de assistência técnica, englobando também o termo assessoria técnica, que é muito falado em São Paulo.

No CAU/SP, temos o objetivo de fiscalizar, orientar e disciplinar o exercício da profissão de arquitetos e urbanistas, buscando garantir a valorização profissional e democratizar o acesso à nossa área. Através da CATHIS queremos também popularizar o acesso ao profissional. É importante destacar que o CAU é um órgão público, uma autarquia federal, responsável por regulamentar nossa profissão. Ele é representado pelo CAU/BR, uma instância federal, e por todos os CAUs presentes

em cada estado, responsáveis por criar normativas e executar as ações. A intenção é que tenhamos bons profissionais atuando para a sociedade, com bons serviços de arquitetura e urbanismo.

A história da criação do CAU está relacionada às lutas dos arquitetos urbanistas no Brasil. Anteriormente, os arquitetos estavam vinculados ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), junto com os engenheiros. Isso dificultava o atendimento de suas demandas, pois os arquitetos tinham representatividade reduzida em meio ao grande número de profissionais de engenharia. Há mais de 50 anos, os arquitetos vinham buscando se separar do CREA para ter um conselho próprio. Em 2010, foi promulgada a lei que criou o CAU, que passou a funcionar a partir de 2012. Essa criação foi fruto das lutas dos arquitetos e marcou uma conquista importante para a profissão.

Durante muito tempo, o tema da assistência técnica em arquitetura e urbanismo foi tratado como uma questão de empreendedorismo social

Além disso, o CAU também se envolveu na questão da assistência técnica para habitação de interesse social. Conhecida como Lei 11.888/08, a lei federal de assistência técnica também surgiu de uma grande luta dos arquitetos e representa uma contribuição

significativa para a área da habitação social no país e é objeto de interesse do Conselho. Os arquitetos estiveram ativamente envolvidos com diversas entidades de classe, como o Sindicato dos Arquitetos e a Federação Nacional dos Arquitetos, bem como com o Instituto de Arquitetos do Brasil. Todas essas discussões e lutas aconteceram no âmbito profissional dos arquitetos e urbanistas no Brasil, destacando sua busca por maior representatividade e autonomia, antes mesmo da existência do CAU.

Em 2016, durante a reunião plenária do CAU, uma instância deliberativa, foi determinado que 2% das receitas de arrecadação do Conselho seriam destinadas à ação de apoio à assistência técnica. Essa receita de arrecadação do Conselho provém das anuidades pagas pelos arquitetos e urbanistas, bem como das taxas cobradas pelo registro de responsabilidade técnica em projetos e obras. Esses 2% são obrigatoriamente destinados a ações de assistência técnica e são provenientes dos CAUs de todos os estados brasileiros. Os recursos são utilizados em diversas ações, como a publicação de editais de fomento para apoiar projetos e eventos, bem como para custear o trabalho de arquitetos e urbanistas que desenvolvem projetos para movimentos sociais, organizações de bairro, cooperativas e outras entidades sem fins lucrativos.

As organizações da sociedade civil que não possuem fins lucrativos podem participar dos editais e propor projetos de assistência técnica. O CAU recebe diversas propostas anualmente. Muitos projetos incríveis têm sido realizados nessa área, abrangendo desde projetos de regularização fundiária e melhorias

Fernanda Simon
no Seminário
Nacional de
Assessoria
Técnicas, em
2023.



habitacionais até a realização de eventos, cursos e formações.

O CAU tem a intenção de reunir todo esse material e experiências em uma publicação, proporcionando um histórico de todas as iniciativas para que possa ser acessível a profissionais e ao público interessado em conhecer essas ações.

Nessa gestão, o Conselho deu uma atenção maior ao tema da assistência técnica, o que resultou na criação da CATHIS, que antes não existia. Por algum tempo, o Conselho teve uma atuação superficial nesse assunto, mas, mais recentemente, os arquitetos e urbanistas têm demonstrado uma preocupação crescente com essa área. Tradicionalmente, a profissão de arquiteto é vista como elitizada, atendendo apenas uma parcela da população com maior poder aquisitivo. No entanto, em um país onde 82% das pessoas constroem sem o apoio técnico de arquitetos ou engenheiros e

a maioria dessas pessoas possui baixa renda, surge uma grande demanda por assistência técnica.

Essa demanda se baseia no direito das famílias de baixa renda, de 0 a 3 salários-mínimos, de terem acesso a esses profissionais. Trata-se de um direito que deve ser garantido por meio de políticas públicas, pois o mercado não pode por si só atender a todas as necessidades, nem garantir direitos. Nesse contexto, o governo tem um papel fundamental em apoiar e incentivar iniciativas de assistência técnica para a população.

No Estado de São Paulo, essa preocupação com a assistência técnica já existe há muito tempo. No restante do Brasil vemos isso com menos intensidade e, agora, o assunto tem aparecido com muito mais interesse. A criação da CATHIS representa um avanço na abordagem dessa questão pelo CAU, para enxergar a realidade brasileira de forma

completa. Com ações efetivas nessa área, busca-se ampliar o acesso da população a serviços de qualidade e promover melhorias habitacionais para aqueles que mais precisam.

Durante muito tempo, o tema da assistência técnica em arquitetura e urbanismo foi tratado como uma questão de empreendedorismo social, atribuindo os trabalhos realizados à serviços de reforma para famílias que encontravam alguma necessidade de melhoria nas suas casas que, por sua vez, parcelavam os pagamentos para financiar essas ações. No entanto, essa abordagem não é suficiente para garantir o direito à assistência técnica para a população de baixa renda.

Nessa gestão do CAU, houve uma mudança de enfoque para trabalhar em prol da garantia da assistência técnica como uma política pública. Embora o CAU não tenha a atribuição de criar políticas públicas, ele pode atuar de forma estratégica, conversando e colaborando com prefeitos, vereadores, deputados, representantes do poder público, Ministério Público, defensoria pública e outros órgãos que possam apoiar a construção dessa política. Uma das frentes de trabalho do CAU tem sido esse diálogo com os municípios.

Além disso, outro esforço realizado foi a criação de uma cartilha chamada Guia de ATHIS para os Municípios, explicando como eles podem estruturar uma política pública de assistência técnica. Essa cartilha tem o objetivo de disseminar a importância da assistência técnica para áreas de risco e auxiliar os gestores públicos a entenderem e implementarem essa iniciativa e está disponibilizada de forma digital.

A atuação do CAU é fundamental para conscientizar os gestores públicos sobre a existência de uma lei que garante o direito à assistência técnica para famílias de baixa renda, proporcionando o acesso mais democrático e inclusivo aos serviços de arquitetura e urbanismo para a população em vulnerabilidade socioeconômica

Acredito que esse é um panorama geral sobre a atuação em ATHIS, de profissionais e do CAU.

Obrigada!

A ATUAÇÃO DAS ASSESSORIAS TÉCNICAS E O COMPROMISSO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM DEFESA DO DIREITO À MORADIA E À CIDADE – POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Alberto Freire da Silva

COORDENADOR NACIONAL UNMP - PB

Eleonora Mascia

CONSULTORA DA VP DE HABITAÇÃO
DA CAIXA

Luciana Lago

NIDES/UFRJ

Maria das Graças Xavier

COORDENADORA NACIONAL UNMP - SP

Rosangela Paz

PUC-SP/ AMBIENTE TRABALHOS

MEDIAÇÃO

Felipe Min

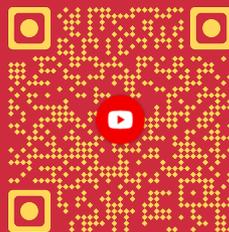
COORDENADOR NACIONAL UNMP - RJ



MESA 2

A discussão foi norteada a partir da reflexão crítica sobre o papel das assessorias técnicas na construção de direitos e políticas públicas, abordando processos democráticos, coletivos e emancipatórios, orientados pelos movimentos sociais, onde a práticas e a crítica precisam ser coerentes com os princípios da ação coletiva.

Foram abordadas diferentes frentes de atuação das assessorias técnicas, suas potencialidades e os principais desafios, perpassando o trabalho profissional que envolve ações mitigatórias, capazes de corresponder às necessidades de enfrentamentos latentes, analisando, inclusive, se a formação profissional corrobora para atuação junto aos grupos em situação de vulnerabilidade, que correspondam a transformações mais profundas e que incidam na construção das cidades, como a atuação profissional na formulação de política pública e na participação em espaços correlacionados.



CONFIRA A TRANSMISSÃO COMPLETA DA MESA

ELEONORA MASCIA

É um alívio enorme poder, depois de tantos anos de desmonte e de pessoas sem nenhuma relação com habitação social, ter alguém como a Vice-Presidente de Habitação da Caixa Econômica Federal (Caixa), Inês Magalhães, com conhecimento, experiência e sensibilidade política para poder atuar pela moradia digna dentro do órgão. com essa pauta tão importante e necessária, que precisa ser priorizada frente a tantas demandas.

Estou interinamente como consultora da vice-presidente de habitação, que logo no início do mandato solicitou um estudo para reestruturação da área de habitação dentro da Caixa, para voltar a ter uma Superintendência Nacional para tratar das entidades urbanas e rurais e das questões relacionadas ao Minha Casa Minha Vida (MCMV).

Desde que foi assinada a Medida Provisória nº 1162/23, temos uma série de regulamentações, que estão sendo disponibilizadas e publicadas através da portaria interministerial, entre o Ministério da Fazenda e Cidades, para tratar da questão do teto de subvenção. São os valores máximos a serem aplicados para o programa, na faixa 1 (renda bruta familiar mensal até R\$ 2.640). Mas eu não queria falar sobre isso exatamente, acho que isso é uma coisa importante porque não é só um número, não é só uma questão de atualizar o valor para a produção habitacional, é uma discussão maior que vem sendo feita de se agregar ao MCMV outras formas de entrega da moradia digna com qualidade a população.

O programa mudou absolutamente nos últimos 4 ou 5 anos, onde a prioridade foi o atendimento às faixas de renda média, ao financiamento imobiliário, ao uso do FGTS e ao sucateamento total de qualquer tipo de tentativa de atendimento das faixas de menor renda e, também, incluindo a produção feita pelo movimento popular rural e urbano. Então, temos essa importante discussão sobre a diversificação das formas de atendimento; a discussão sobre melhoria

Habitacional e sua entrada em um mecanismo de fluxo de recursos Geral da União, passando para o Fundo do Desenvolvimento Social; tem a discussão da locação social, da produção de lote urbanizado, das possibilidades de poder atuar em outras frentes que não seja unicamente a produção habitacional com a propriedade individualizada.

Existe uma complexidade importante que podemos abordar sobre a propriedade coletiva, algo proposto no Projeto de Lei nº 4216/2021, conhecido como PL da Autogestão. Se coloca uma possibilidade de trabalhar de forma mais contínua com as entidades do movimento popular, então essa defesa em relação à alternativas de produção que resulta exclusivamente em propriedade individual, para que isso possa ser discutido e desenhada a contribuição que o movimento social e as assessorias técnicas parceiras podem fazer em relação a isso.

precisa fazer um processo de formação para entendimento da própria equipe do Governo sobre um entendimento maior do que que significa autogestão

Também temos atualizações das especificações do novo programa MCMV, não vou entrar em detalhes nisso, mas o objetivo é estimular a oferta diária urbana consolidada de áreas que possam

ser requalificadas nesse processo de produção ou de melhoria habitacional. Pensa-se em incentivar um planejamento integrado, que é o que todos nós defendemos, a participação dos entes públicos locais estimulando a sustentabilidade econômica-social-ambiental, além de modernizar todo setor da construção civil e de fornecimento de insumos e meios para se ter uma produção habitacional com menor custo e melhor qualidade, facilitando a manutenção desses imóveis que estão sendo produzidos.

Nesse sentido, um aspecto importante que tem que ser colocado é sobre a habilitação das entidades. Nós também entendemos que esse processo de formação, que também é político, não é só uma questão técnica ou documental da entidade para cumprir determinados requisitos, pode ser feito em conjunto pelo movimento popular e pelas assessorias técnicas, assunto bastante discutido neste evento, seja lá no início da prática ou outros momentos tivemos algumas iniciativas importantes e que acabaram gerando acúmulo para o programa federal Minha Casa Minha Vida. Então, o momento da habilitação também precisa ser discutido, seu formato.

Temos uma preocupação, assim como o movimento popular, de coibir a “barriga de aluguel”, onde se coloca uma entidade que não tem absolutamente nada a ver com a luta pelo direito à moradia, que está buscando recursos para simplesmente produzir uma unidade Habitacional. Não é esse o objetivo, não deve ser esse objetivo e movimento e assessorias podem atuar nesse sentido, para evitar que essas ações prosperem.

Há também a defesa do regime de construção e a defesa da autogestão,

que perpassa o processo como um todo, não é simplesmente a etapa de construção e decidir se vai contratar uma construtora ou se a execução será por autogestão. É também como vai se dar esse processo na Caixa, tem muita resistência interna sobre isso. Precisamos falar claramente: principalmente quando atrasa ou paralisa algum projeto ou obra, a solução apresentada sempre é chamar uma construtora e terminar a obra. Em alguma situação de fato é, mas não pode ser esse o encaminhamento prioritário e a forma que se utiliza de criminalizar a atuação do movimento popular.

A gente sabe que tem situações que são realmente terríveis e a Caixa precisa coibir isso, precisa fazer um processo de formação para entendimento da própria equipe do Governo sobre um entendimento maior do que que significa autogestão, que também está entrelaçado com aquela questão da habilitação; quem já está habilitado tem um histórico de atuação, tem movimento que defende a co-gestão desde o começo do processo e trabalha junto a uma construtora, que é escolhida dentro de um processo de participação, para poder tocar projeto e obra, já em outros movimentos a prioridade e a defesa é pela autogestão. Então, qual é o nosso compromisso como governo? Deixar de criminalizar a autogestão e isso passa também por um processo de formação.

Nós também entendemos que esse processo de formação, que também é político, não é só uma questão técnica ou documental

Temos um outro aspecto, que é um desafio grande, sobre o acompanhamento na pós-ocupação, que hoje está previsto em duas etapas. A primeira é o trabalho social e da gestão condominial, que pode chegar até 24 meses, um tempo muito curto. Mas a gente sabe que em muitos casos ele chega tardiamente, principalmente em empreendimentos grandes, principalmente os mais antigos que são em áreas de expansão urbana, onde não tem uma agregação territorial consolidada. Quando inicia o trabalho social no condomínio já estão tentando “apagar algum incêndio”, então mesmo que o trabalho social atue nas falhas de mobilização comunitária, geração de renda e sustentabilidade ambiental, também é preciso pensar numa articulação mais ampla, para além dessa gestão imediata, depois da entrega das chaves, que é de formação e incentivo para manutenção dos empreendimentos. Para isso é preciso recursos, não só de manutenção da unidade individual, dentro desse modelo da propriedade individual, mas se

avanzando para uma gestão coletiva e compartilhada dos espaços de uso comum dos empreendimentos e de continuidade desse trabalho. O movimento popular e as assessorias técnicas têm uma contribuição muito grande a dar esse sentido e a proposta que eu colocou aqui é que nós precisamos avançar nessa proposição, de ter recursos e por mais tempo, para o pós-ocupação.

Eu vou trazer dois exemplos que eu achei interessantes. Quando a Inês Magalhães chegou na Caixa, ela pediu uma reunião com o pessoal da área que trata do trabalho social e eles fizeram uma apresentação muito breve, mas mostrando o quadro atual que demonstrava a redução de pessoal e que houve uma redução bastante grande também na área de arquitetura e engenharia. Mostraram alguns projetos que estão em andamento, sendo trabalhados e alguns projetos especiais que são pauta do trabalho social. Um deles é o selo Casa Casa Azul + CAIXA, que também

envolve a área de arquitetura e engenharia, uma certificação dada pela Caixa às construtoras que executam os empreendimentos e projetos dentro de determinados parâmetros. Uma das questões colocadas é que em 2022, ano passado, foram 60 selos homologados com a marca de mais Desenvolvimento Social. Um questionamento foi se esse selo estava sendo oferecido para as construtoras e para as entidades e assessorias técnicas. Na construtora gera valorização, inclusive em ações na bolsa, um determinado número de certificações, um reconhecimento, vale mais. E essa marca social da entidade e da Assessoria Técnica também poderia ser trabalhado, tendo um processo de reconhecimento, não somente através daquele modelo pontual da melhor prática, de fazer alguma coisa interessante e gerar um prêmio, mas um processo mais contínuo que possa inclusive embasar o investimento em recursos para formação e capacitação de quem trabalha bem. É preciso

Eleonora Mascia na mesa sobre a atuação das assessorias técnicas e o compromisso com os movimentos sociais no Seminário Nacional de Assessoria Técnica, em 2023.



disseminar esse conhecimento, essa forma de trabalhar, esse conceito que leva a uma atuação mais qualificada.

Outro exemplo foram as ações socioeducativas, que vêm sendo feitas pelo pessoal do próprio quadro da Caixa. Eu questionei sobre algo que a gente precisa debater, que é o fato do quadro de recursos humanos da Caixa ser pequeno e restrito, com muitas limitações para poder estar em campo atuando. Quem melhor trabalha nessa área é o movimento popular, então, por que não utilizar as ferramentas e esse conhecimento, a trajetória do movimento popular, para trabalharmos essa atuação não só nos empreendimentos que o movimento organiza e mobiliza sua demanda, mas também em outros empreendimentos do programa Minha Casa Minha Vida? Algo a ser discutido, a gente sabe que nem todos defendem essa atuação mais ampla, mas em alguns territórios seria bastante importante se a gente pudesse ter essa possibilidade até como forma de ampliar essa integração no território, de poder trazer a possibilidade realmente da formação e de integração com empreendimentos que hoje são áreas que precisam ter uma forma mais intensiva um processo formativo e que traga elementos que já foram utilizados em outras organizações e mobilizações.

Então, quem tem experiência de poder fazer assembleia, de mobilizar, de trabalhar a formação política, pode levar isso também para esses territórios, uma discussão importante que vem sendo feita que a gente sempre lembra.

Outra discussão que vem sendo feita então é sobre o poder público poder fazer essa organização e apresentação da demanda antes do projeto ser apresentado, é uma mudança na lógica toda do programa. Sabemos que nos últimos projetos, a demanda foi apresentada pelas construtoras e depois o município corria atrás, para poder preparar o cadastro dentro dos seus planos locais e tentar fazer casar com o planejamento, a partir dessa demanda de mercado, que interessa muitas construtoras. A volta de recursos para o Faixa 1 vai interessar bastante as construtoras, então é importante a gente pensar nessa mudança da lógica, sobre o que é prioritário e o que as assessorias e o movimento popular podem contribuir nessa mudança do programa. Qual é a cara que nós queremos dar para a questão da moradia digna no Brasil?

Obrigada!

Extensão universitária e assessoria técnica a movimentos sociais¹

O foco da minha fala será o papel da extensão universitária na assessoria técnica a movimentos sociais e organizações comunitárias. Antes, acho importante situar minha atual atividade acadêmica na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Fui professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUR) por cerca de 30 anos e, após me aposentar, migrei para o Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social NIDES, na mesma universidade, que abriga o Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC), um dos principais programas de extensão universitária da UFRJ. No SOLTEC, desenvolvemos tecnologias sociais para processos autogestionários em colaboração com diversos movimentos sociais, não apenas urbanos. Este núcleo tem uma história de 20 anos e enfrenta conflitos persistentes dentro da própria universidade. Esse quadro é relevante, visto que estamos inseridos em uma universidade pública, e há um desafio grande em consolidarmos a extensão universitária comprometida com as lutas sociais e urbanas, um ponto crucial na discussão sobre assessoria técnica.

Um primeiro ponto que gostaria de abordar é sobre a diversidade de situações e contextos políticos, levando em conta a variação na capilaridade, no reconhecimento e na legitimidade dos movimentos sociais em diferentes estados e cidades do país. Essa diversidade é marcante e precisa ser considerada ao discutirmos a assessoria técnica em âmbito nacional. São situações muito distintas e desiguais quanto às condições materiais para a luta política. A visibilidade e o reconhecimento da força de um movimento são importantíssimos na construção da relação com o poder público, na disputa pelo fundo público e na conquista de recursos que ultrapassem as “migalhas”

1 Fala transcrita do seminário com novo texto em co-autoria com Thais Velasco

de programas, como aconteceu com o Minha Casa Minha Vida - Entidades. No atual quadro político, de ampla aliança do governo petista com o poder hegemônico, precisamos achar as brechas e abrir novos caminhos de disputa, indo além do campo da habitação, especialmente, da Política Nacional de Habitação. Temos que buscar outros caminhos e é por isso que eu trago a universidade para dentro desse debate, para acharmos outros campos de disputa pelo fundo público.

Um segundo ponto é sobre o tripé que envolve autogestão urbana-assessoria técnica-universidade. É, sem dúvida, um tripé atravessado por contradições, por tensões, por conflitos e, por isso mesmo, com muita potencialidade transformadora. Pensando no Rio de Janeiro, como exemplo, encontramos hoje muitas organizações comunitárias de favelas e periferias trabalhando nessa direção do tripé, mas que não são integradas aos movimentos sociais organizados. E esse é um gargalo nas lutas urbanas. São os movimentos sociais que conectam as cidades e os territórios, que vão além das experiências comunitárias singulares. A União Nacional por Moradia Popular (UNMP) é um exemplo concreto disso. Como é que regiões de São Paulo, em sua ampla diversidade, conseguem estar articuladas por um discurso comum, por uma luta comum? É por meio dessa articulação popular, que a UNMP, através da União dos Movimento de Moradia de São Paulo (UMM-SP), desde a década de 1980 conseguiu “sobreviver” aos governos de direita, disputando o fundo público. E é essa articulação, apesar dos conflitos, que garante visibilidade e credibilidade às lutas, apesar dos contextos

assimétricos.

Gostaria de abordar, então, duas tensões importantes presentes no tripé autogestão – assessoria – universidade.

A primeira está presente na relação entre assessoria técnica e experiências autogestionárias, entendida como prática emancipatória e pedagógica. Isso requer que a assessoria técnica seja mais do que uma externalidade ao movimento, mas sim uma parte orgânica dele, uma relação processual e duradoura. Essa tensão é crucial para entender as possibilidades de interação da assessoria técnica com o movimento social e como essa interação contribui para a aprendizagem e politização de todos os envolvidos. Alguns movimentos sociais urbanos e rurais têm como estratégia se apropriar do saber técnico por meio da formação de um quadro técnico orgânico, interno ao movimento. Esse é, sem dúvida, um caminho potente, mas não único. E essa estratégia de formação interna passa pela relação com as instituições públicas de ensino.

Isso se reflete na segunda tensão, que diz respeito à universidade como um espaço de formação profissional e militante, como uma instituição que forma profissionais militantes engajados, preparados para atuar de maneira coletiva. E a extensão universitária tem papel chave na construção desse espaço universitário, se confrontando com a visão elitista que entende a extensão como atividades de prestação de serviço à sociedade e de divulgação do conhecimento científico. É nessa tensão que podemos pensar a assessoria técnica como campo profissional em áreas diversas, como arquitetura, engenharias, geografia, serviço social, educação, biologia, entre outras. O desafio é formarmos

profissionais que fortaleçam o poder popular nos territórios e que construam ou adequem soluções técnicas no diálogo com os moradores.

Então, o principal desafio é garantir que as experiências de autogestão urbana fortaleçam o domínio técnico por parte da classe trabalhadora, ou seja, ampliem sua capacidade de responder às situações limites que são amplificadas pela segregação urbana. E aqui estou trazendo as lutas do campo universitário, de forma relacional, se entendermos a universidade como formadora de ações políticas disruptivas e emancipadoras.

Essas duas tensões trazidas pelo tripé da autogestão-assessoria-universidade são estratégicas para pensar a assessoria técnica como prática pedagógica, ressaltando a noção de domínio territorial e técnico da classe trabalhadora. Como essas experiências de autogestão potencializam esse domínio, reconhecido como poder popular, nos territórios? Como essas experiências de autogestão habitacional fomentam esse controle sobre o território? É algo muito difícil. Necessariamente, domínio e poder territorial estão associados à domínio técnico. Na minha experiência dentro do Centro de Tecnologia da UFRJ, no NIDES, vejo claramente que não é possível separar o saber técnico das condições econômicas e políticas para a construção de uma cidade alternativa. Obviamente incluo nessa chave de análise o saber técnico popular.

o tripé que envolve autogestão urbana-assessoria técnica-universidade. É, sem dúvida, um tripé atravessado por contradições, por tensões, por conflitos e, por isso mesmo, com muita potencialidade transformadora

Estamos desenvolvendo uma experiência extensionista na UFRJ, numa escola de ensino médio no Complexo da Maré, que tem apresentado formas muito interessantes de apropriação do território através de tecnologias sociais de saneamento ecológico, para reprodução de uma vida digna nas periferias. Isso feito com a juventude, entendendo a escola como espaço formador de militância com capilaridade local.

Eu vejo uma potência muito grande na ação das universidades,

na extensão universitária. A UNMP é um caso exemplar dessa potência, pois tem desde a sua gênese na década de 1980, uma relação orgânica com a universidade, onde os laboratórios de habitação passaram a atuar em parceria com os movimentos de moradia, na luta por direitos e políticas públicas. Essa relação se mantém até hoje!

Já em outros locais, e trago o Rio de Janeiro novamente como exemplo, por ser meu espaço de atuação, também pudemos experimentar essa relação de outras maneiras. Há nove anos, a ocupação Solano Trindade, em Duque de Caxias (RJ), organizada pelo Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), é objeto de um projeto de extensão da UFRJ. É desafiador, por procurarmos exercitar toda essa reflexão do papel da universidade e do saber técnico junto ao movimento social, que destaquei anteriormente. O conflito de classe atravessou as etapas do projeto, seja em torno das soluções projetuais, das tecnologias sociais ou dos valores estéticos, porém, não inviabilizou o desenvolvimento das

ações definidas coletivamente.

Também vivemos recentemente um período bastante atípico, com a pandemia da covid-19, que revelou um drama nas cidades. Ficou escancarado para toda a sociedade que o isolamento social foi um privilégio de alguns setores sociais, já que a água não chega nas torneiras de inúmeras moradias periféricas. São décadas de luta popular por saneamento básico que não chegou, mesmo numa situação limite como essa.

Temos um papel importante de discutir e construir coletivamente soluções tecnológicas, incluindo as já experimentadas de alguma forma pela classe trabalhadora para garantir a sua reprodução. Devemos, como profissionais, estabelecer uma relação realmente de troca de saberes acumulados com esses trabalhadores, com especial atenção às tecnologias descentralizadas, que permitem um domínio do território ao serem apropriadas por quem vive naquele espaço.

Uma possibilidade potente para ampliação das ações estatais no campo



Professora Luciana Lago em sua apresentação no Seminário Nacional de Assessoria Técnica, em 2023.

da política urbana, para além do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal, ou seja, para além do financiamento dos programas previstos, é aprofundar o tema dos territórios periféricos. Já foi criada uma secretaria nacional destinada ao tema. Temos que ir além, avançando também na área da saúde, pautar o saneamento básico e universal. Hoje temos uma Ministra da Saúde, a Nísia Trindade, que veio de dentro da Fiocruz, uma instituição que trabalha com as bases populares, com muita competência técnica e que tem um compromisso com as políticas públicas que incidem na saúde integral da classe trabalhadora, em especial o saneamento básico em territórios populares. A Nísia tem que ser vista como uma aliada dos movimentos urbanos, para disputarmos inclusive orçamento na pasta. E na perspectiva da saúde integral é preciso colocar na pauta a segurança alimentar pois isso é condição para o direito à cidade e à moradia digna. Como produzir moradias de forma autogestionária com as pessoas passando fome nas periferias?

E na direção da autogestão da cidade, porque não pensarmos em técnicos comunitários, a exemplo da política de agentes comunitários, que são figuras importantes nessa disputa pelo poder territorial? Técnicos comunitários enraizados em seus territórios, trabalhando na gestão dos serviços urbanos. As universidades podem criar cursos técnicos para esses agentes em saneamento ecológico. Isso para mim é a ideia concreta do domínio territorial, do poder popular. São os trabalhadores tendo controle sobre o processo de produção dos seus territórios e isso passa pela técnica.

Voltando, então, à assessoria técnica a movimentos e organizações comunitárias, o grande desafio é garantir que essa relação se mantenha de uma forma permanente e, talvez, de um modo que não seja unicamente dependente das obras de novas moradias. Sabemos que quando um movimento tem obra e mutirão em andamento, existe um dinamismo associativo e um profundo envolvimento entre as assessorias e os moradores. E quando acaba esse canteiro? Todos e todas vão à procura de trabalho para poder sobreviver, já que aquela fonte de recursos finalizou.

Um caminho potente seria a criação de políticas públicas que englobassem a formação técnica e o financiamento de programas de trabalho associativo no campo da habitação e dos serviços urbanos. E eu trago a extensão universitária para essa discussão, porque ela pode cumprir um papel formativo estratégico na difusão da autogestão urbana no nosso país.

Obrigada!

ALBERTO FREIRE DA SILVA

Eu represento a União Nacional por Moradia Popular (UNMP) do estado da Paraíba. Lá temos muitas ações de resistência que envolvem a assessoria técnica, participamos de editais, principalmente do CAU. Viemos discutir a atuação da assessoria técnica e o compromisso com os movimentos sociais, isso é muito importante nesse contexto de retorno do Lula à presidência. É importante discutir nossas estratégias nesses próximos anos de governo. Eu já fui menino de rua, essa é minha história. E estou aqui agora, olhem a grandeza disso. Talvez não tenha tido o carinho de pai e mãe que muitos tiveram. Fui policial, deixei de ser um menino de rua para me tornar policial. Mas depois percebi que corria o risco de ser preso, mesmo como policial, apenas por defender meus companheiros e lutar pela justiça social. Quando a polícia chegava para cortar a energia da comunidade, eu acabava sendo detido e levado algemado na viatura. Fiquei cansado de ser preso e decidi me dedicar ao movimento sindical e de moradia quando tive a oportunidade. E hoje estou aqui, para dialogar sobre a construção desse projeto junto com assessorias técnicas. Morei no hospital por três anos. Uma enfermeira em particular me adotou como sua mãe, mesmo eu morando lá não por estar doente, mas por não ter onde morar. Meu professor foi o mundo, tenho uma história impressionante. Mas é isso, estou aqui para contribuir.

Na Paraíba, fomos convidados pelos companheiros Yuri Duarte e Flávio Tavares, que são assessores técnicos e gestores, para participar de uma reunião com a prefeitura, no município do Conde. Chegamos lá após observarem o trabalho da UNMP na Paraíba. Já passamos por experiências em que o corpo técnico das prefeituras dizia que não deveríamos ser ouvidos, que estávamos apenas falando besteiras. Infelizmente, esses prefeitos que acreditaram nessa mentira, no passado, não conseguiram construir novas casas em seu município.

Aqueles que compreenderam o propósito da portaria do MCMV, durante os governos de Lula e Dilma, conseguiram avançar na habitação popular por meio da autogestão.

Através do CAU, a UNMP e a assessoria técnica, temos um edital em andamento para concorrer e realizar um trabalho conjunto de melhorias habitacionais. Essa será uma experiência nova, pois enfrentamos constantes desafios no movimento. Foi um desafio para o Yuri Duarte, como assessoria, nos inserir na casa do povo, onde as pessoas estão morando, e perguntar se elas querem que eu arrume seus banheiros, já que as casas não possuem banheiro e elas têm recursos limitados para fazer isso..

A Assessoria Técnica é de extrema importância para nós, do movimento, pois não inclui apenas desenhar, mas sim a participação em todo o processo.

O edital traz alguns detalhes que não permitem que façamos uma autogestão completa. No caso da autogestão, é preciso usar os recursos para mais do que apenas colocar azulejos parcialmente no banheiro ou na cozinha, queremos entregar completo. Temos essas limitações, mas estamos construindo oportunidades para que assessores técnicos possam nos ajudar. A Assessoria Técnica é de extrema importância para nós, do

movimento, pois não inclui apenas desenhar, mas sim a participação em todo o processo. Acreditamos que é preciso aproveitar essa oportunidade que temos nesse período político para fazer algo significativo, criar essa oportunidade.

A secretária de habitação da Paraíba, Dra. Emília Correia Lima, que já trabalhou no Ministério das Cidades no passado, doou um excelente terreno na área urbana para a UNMP da Paraíba. Fiquei surpreso, claro, mas isso demonstra a credibilidade que o movimento tem, especialmente aqui em São Paulo. Já encaminhei para a assessoria elaborar o projeto e estamos preparando quem irá morar nessa área. Já temos o povo, convivemos com eles diariamente.

Estou participando de uma articulação em Brasília do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) pela UNMP. A UNMP proporciona isso de podermos nos articular e estar presente nesses espaços, o que é de grande importância. Temos outras companheiras nos representando na discussão do programa urbano. Eu digo: coisas boas estão chegando, tenham paciência. O governo está se recuperando dos danos causados e voltará a avançar, e o Brasil voltará a crescer. No entanto, o crescimento não depende apenas dos movimentos sociais. É importante aproveitar essa oportunidade de discutir sobre o papel das assessorias técnicas e criar alternativas. Eu até sugeri a possibilidade de realizar um mutirão de Assessoria Técnica para percorrer o Brasil e nos ajudar. Se não tivermos essa força-tarefa, perderemos a chance de contratar novos empreendimentos do MCMV e teremos que nos preparar para contratar só futuramente. E você sabe o que vai acontecer: os recursos irão para as construtoras, para

o FAR, se não utilizarmos o que é nosso. Não podemos perder essa oportunidade.

Além disso, mesmo estando distante, tenho lutado com a UNMP para dialogar com o presidente. Algumas coisas não estão chegando como esperávamos, não estão sendo adequadas ao que discutimos anteriormente e à prática real. Já tive a oportunidade de conversar três vezes com a secretaria da presidência da república. Eu disse que não voltaria mais sozinho, mas sim com toda a UNMP, para registrar nossas demandas e avançar com nossos objetivos. É isso que precisamos tentar fazer e aproveitar essa oportunidade.

Fico tranquilo ao expressar minha vontade de falar, com base no meu conhecimento. Sempre falo assim, geralmente em minhas plenárias e em tudo o que fazemos, porque acredito que esse dom veio de lá, da rua onde eu morava. É por isso que estou aqui. Quero alertar sobre a nossa oportunidade, a importância da Assessoria Técnica em avançar e aproveitar ao máximo as oportunidades de construção de moradias. É triste para mim andar por aqui e ver que ainda há escuridão, sem solução para os moradores de rua.

Há 16 anos, na minha primeira visita a São Paulo, convidado pelo pessoal da UNMP, para uma reunião como coordenador nacional, nunca havia viajado de avião antes. Vi aquelas pessoas reunidas na rua e pensei que aquilo poderia aumentar muito se nenhuma atitude fosse tomada.



Alberto Freire da Silva (UNMP/PB) em sua apresentação no Seminário Nacional de Assessoria Técnicas, em 2023.

Membros da UNMP e assessorias técnicas na Mesa sobre a atuação das assessorias técnicas e o compromisso com os movimentos sociais em defesa do direito à moradia e à cidade-potencialidades e desafios



E hoje, como podemos ver, estão espalhados pelos bairros, sem um enfrentamento político firme, que se dedique à essa situação de rua e à criação de alternativas, através de assessoria técnica, que construa espaços onde esse povo poderá morar. São Paulo precisa agarrar todas as oportunidades de fazer esse povo ter um lar. Fico triste ao ver que ainda existem tantos desafios e que não há uma solução firme para os moradores de rua.

Isso é um desabafo, uma participação para pensarmos juntos nas oportunidades que nos trazem até aqui. Sempre digo isso.

Obrigado!

ROSANGELA DIAS OLIVEIRA DA PAZ

Não sou arquiteta, sou assistente social por formação e sou professora na PUC/SP, onde coordeno o Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Movimentos Sociais do Programa de Pós Graduação em Serviço Social. Minha trajetória e formação profissional inclui trabalhos na prefeitura de São Paulo, na prefeitura de São Bernardo do Campo e especialmente como assessora na União dos Movimentos de Moradia (UMM-SP) nos anos 1980 e 1990, através da FASE, uma ONG de educação popular e, hoje também participo da Ambiente de Trabalhos. É muito importante fazer parte dessa equipe da Ambiente de Trabalhos, pois estamos construindo uma série de espaços. Pelo Fórum de Trabalho Social em Habitação da cidade de São Paulo, participo da rede BR Cidades e estamos iniciando a construção de um Fórum Nacional de Trabalho Social no campo das políticas de habitação urbanas. Já temos um fórum local, em São Paulo, desde 2015, e achamos que esse é o momento de ampliar essa discussão e convocação nacional, que abrange a atuação do trabalho social em vários âmbitos, como nas prefeituras, nas empresas terceirizadas e assessorias técnicas. Essa é uma articulação política que investe na formação e no fortalecimento dos profissionais do campo do trabalho social.

Queria, então, entrar um pouco no tema da atuação das assessorias técnicas e seu compromisso com os movimentos, pensando através da perspectiva do serviço social. Durante esses anos, a relação entre assessorias e movimentos cresceu e se transformou bastante. Revisitei minha dissertação de mestrado, defendida no começo dos anos 1990, onde pesquisei a experiência da UMM-SP na participação da campanha de iniciativa popular pelo Fundo Nacional. Quando estávamos na campanha de coleta de assinaturas, a UMM-SP criou a Secretaria de Assessorias, que era um espaço muito interessante de reunião de quem se identifica como assessoria ao movimento social, para discutir a formulação do projeto de lei de iniciativa popular.

Nessa secretaria havia arquitetos, engenheiros, advogados, assistentes sociais, sociólogos e as lideranças, onde, todos juntos, apoiavam a coordenação do movimento para desenhar a proposta do projeto de lei.

Existe uma diversidade e pluralidade tanto nos movimentos quanto nas assessorias. É essencial considerar a complementaridade e a interdisciplinaridade.

Naquela época, a Assessoria Técnica era vista principalmente como o suporte dos arquitetos e engenheiros nos projetos físicos. Hoje, isso já mudou bastante. No entanto, já tínhamos também assessorias jurídicas, vindas de escolas de direito que realizavam estágios, e assessorias na área da educação popular, como a FASE e outras ONGs distribuídas pela periferia de São Paulo. A iniciativa da UMM-SP possibilitou o diálogo entre esses grupos de assessores, o que foi muito interessante para pensar nessa interlocução entre as assessorias e os movimentos. Em minha dissertação, destaquei que essa interlocução se dá pela dimensão da solidariedade e complementaridade das ações, com sujeitos de identidades diversas que se apoiam e produzem novas ideias.

Os movimentos sociais têm sua legitimidade construída pelas suas bases sociais e suas propostas lançadas para a

sociedade. As ONGs e as assessorias são organizações que emergem como sujeitos políticos e apontam para a consolidação de uma sociedade democrática e plural. Elas possuem voz própria e assessoram os movimentos na construção de propostas e alternativas às políticas públicas. É importante considerar essa relação entre assessorias e movimentos como uma relação que envolve tensões, mas também complementaridade.

Existe uma diversidade e pluralidade tanto nos movimentos quanto nas assessorias. É essencial considerar a complementaridade e a interdisciplinaridade. Não se trata apenas de arquitetos, engenheiros, advogados ou assistentes sociais, mas também da inclusão de profissionais da área da saúde, que são fundamentais para estarmos juntos. Podemos dizer que existem duas marcas essenciais que construímos ao longo desses 20 a 30 anos. A primeira é o compromisso político, o compromisso de uma agenda política entre movimentos e assessorias. Trabalhamos juntos somente quando há um compromisso político. A segunda marca é a troca e o compartilhamento de saberes, focando nas pautas que fortalecem o coletivo e na dimensão formativa do trabalho social, que também se aplica às assessorias. É importante formar os sujeitos, tanto do ponto de vista político, em que a formação deve ser incorporada para uma autogestão mais qualificada, quanto do ponto de vista do movimento social, onde é fundamental fornecer informação e formação. A dimensão educativa combina informação e formação de maneira contínua, processual e cotidiana. O movimento só pode lutar se tiver acesso à informação e formação adequadas. Portanto, a informação e

formação é essencial.

Essa relação de compromisso se baseia no fortalecimento político do coletivo e na dimensão educativa, que fortalece a formação dos sujeitos. O cerne desse trabalho está na participação, especialmente das mulheres, jovens e idosos, na base e nos territórios. No entanto, participar não é fácil, exige esforço e dedicação diária, não é algo que acontece rapidamente. Participar requer investimento e recursos, seja do movimento e assessorias técnicas nas estratégias de organização ou por parte da política pública para incentivar essa participação. Isso também envolve formação, pois nos capacitamos para participar. Nesse sentido, o trabalho das assessorias e a abordagem interdisciplinar são fundamentais para que o movimento possa avançar de forma independente, sem depender permanentemente de profissionais ou grupos de assessoria

Portanto, é essencial investir no fortalecimento dos sujeitos com autonomia, para encaminhamento das demandas. Então, a relação da assessoria técnica e movimento social é algo que acontece em conjunto, lado a lado, com diferenças e tensões. No processo, é possível construir pactuações entre assessorias e movimento social. Outro ponto fundamental é o protagonismo da base do movimento, incluindo mulheres e jovens, para permitir a renovação dos quadros do movimento. É também de suma importância promover uma formação política sólida. Isso constrói uma sociabilidade coletiva, promovendo alianças políticas. Reconhecemos que existem diferenças e desafios a serem superados, mas é um processo que envolve um trabalho em conjunto e enfrentando as lutas com o movimento social.

Agradeço a oportunidade de compartilhar essas reflexões.

Professora Rosangela Paz na mesa sobre a atuação das assessorias técnicas e o compromisso com os movimentos sociais no Seminário Nacional de Assessoria Técnica, em 2023.



MARIA DAS GRAÇAS XAVIER

Gostaria de levantar alguns pontos sobre o compromisso das assessorias técnicas e dos movimentos populares. É importante lembrar um pouco da história, para quem não conhece. Na década de 1980, a União dos Movimentos de Moradia (UMM-SP) foi fundada em São Paulo e, em seguida, no Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás, até se tornar a União Nacional por Moradia Popular (UNMP). Entre os anos 1980 e 1990, tivemos uma parceria muito forte com os companheiros do Uruguai, da FUCVAM. Foi de lá que buscamos toda a inspiração para trabalhar o programa de mutirão e autogestão na construção de unidades habitacionais. Lembro quando fomos para o Uruguai, mais de 80 pessoas em um ônibus, dormindo nas casas das pessoas porque não tínhamos dinheiro nem para hotel. A experiência de mutirão e autogestão e propriedade coletiva que conhecemos lá foi fundamental.

Logo em seguida, tivemos a sorte de ter a Luiza Erundina eleita prefeita em São Paulo, pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e começamos a construir as primeiras unidades habitacionais no estado. Além disso, a prefeitura vizinha de Diadema, com um governo do PT, já tinha uma experiência comunitária forte. Nesse período, contamos com a presença do Leonardo Pessina do Centro de Assessoria à Autogestão Popular (CAAP), uma Assessoria Técnica, que gostaria de prestar uma homenagem. Ele não se importava com dinheiro, ele ia para onde fosse necessário, seja para Pernambuco, seja para o Rio de Janeiro. É importante lembrar também de outros companheiros nesse período, como a Rosângela Paz, que nos ajudaram muito.

Na UNMP, a coordenação é composta por lideranças que vieram de movimentos de base, e eu, que participei de diversas pastorais, comunidades eclesiais de base, sindicatos e associações de bairro antes de entrar na União. Sempre dizemos que a moradia é a porta de entrada para os outros direitos. Lembro bem como era pagar aluguel e como

mudou quando consegui minha casa. Isso não só abre caminho para conquistar, mas também para discutir o próprio território e a luta de classes. É importante lembrar também das dificuldades que enfrentamos, como o racismo nas universidades e o preconceito que sofri quando estudava Direito, por ser negra e pobre. É papel das universidades romper com esse ciclo..

É fundamental o diálogo entre os movimentos populares, as assessorias técnicas e o poder público para incidir nas políticas públicas.

Hoje, estamos discutindo a importância do Minha Casa Minha Vida (MCMV)

Entidades e da assistência técnica pública e gratuita. Temos representantes regionais para garantir que estamos atendendo todas as demandas. Temos um papel fundamental junto das assessorias técnicas, onde nos reunimos duas vezes por mês para a leitura de toda normativa, ponto por ponto, e vamos destacando os pontos negativos, o que mudou de um governo para o outro. Por isso, a importância do programa MCMV para as pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade é inquestionável. No entanto, devido à falta de dados atualizados do IBGE, não temos uma noção precisa do déficit habitacional no Brasil. Isso representa um prejuízo significativo, pois não conseguimos quantificar esse problema de forma qualitativa ou quantitativa.

Outra questão que discutimos há bastante tempo é a Lei Federal da assistência técnica pública e gratuita (Lei 11.888/08), encampada pelo deputado pela Bahia e companheiro Zezéu Ribeiro. É fundamental insistirmos nela para garantir que tenhamos recursos



Mesa A ATUAÇÃO DAS ASSESSORIAS TÉCNICAS E O COMPROMISSO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS no Seminário Nacional de Assessoria Técnica, em 2023.



Graça Xavier em sua apresentação no Seminário Nacional de Assessorias Técnicas, em 2023.

suficientes para atender e não apenas à produção de novas unidades habitacionais, mas também à reforma e regularização das existentes. Um exemplo concreto é o custo de uma unidade habitacional, em São Paulo, pelo programa MCMV, que atualmente está em torno de 170 mil reais. Sem a assistência técnica gratuita garantida, fica difícil atender a essa demanda e viabilizar o acesso à moradia para quem mais precisa. Outro exemplo é a novidade, aqui em São Paulo, do programa municipal chamado “Pode Entrar”, que tem uma série de complexidades para contratação que são encaminhados pelas assessorias técnicas. Esse programa não desenha a destinação de recursos de forma adequada ao movimento, desconsidera o trabalho militante e do cotidiano de obra com mutirão. Precisamos garantir recursos para atender não apenas a produção de novas unidades habitacionais, mas também reformas e regularizações.

É essencial articular com as universidades, assessorias técnicas, institutos e a sociedade civil para aprovar o projeto de lei da autogestão, o chamado PL da Autogestão, que está em tramitação na Câmara dos Deputados. Temos que pressionar os parlamentares para avançarmos e aprovar esse projeto. Não podemos depender apenas de programas de governo, precisamos criar políticas de estado para evitar retrocessos.

Na pandemia, precisamos criar um mundo virtual para o movimento se articular e enfrentar o descaso do último governo Bolsonaro. Isso nos articulou em rede, com o Brasil todo.

Nesse sentido, estamos trabalhando em vários países com o projeto da autogestão, pela UNMP, baseado na experiência do Uruguai. Ele trata da propriedade coletiva e demais providências. Junto com a SELVIP, estamos trabalhando nesse projeto articulado com vários países da América Latina, sintonizado com outras questões sobre o déficit de moradia.

É fundamental o diálogo entre os movimentos populares, as assessorias técnicas e o poder público para incidir nas políticas públicas. Devemos massificar o conhecimento sobre nossas conquistas, como o artigo 6º da Constituição Federal, que garante moradia, saúde e educação como direitos fundamentais.

Agradeço a todos e todas!

DESAFIOS PARA FUTURO EM ATHIS



Denise Morado Nascimento

PRAXIS EA/UFMG

Evaniza Rodrigues

MILITANTE UNMP

Taina De Paula

SECRETÁRIA MEIO AMBIENTE E
CLIMA DO MUNICÍPIO DO RJ

MEDIAÇÃO

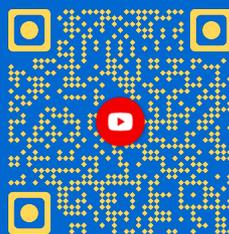
Maria das Graças Xavier

COORDENADORA NACIONAL DA UNMP-SP

MESA 3

Como forma de estimular o debate público, a discussão foi marcada pelos questionamentos da função dos profissionais assessores de forma processual e compartilhada com o movimento social, além de outras discussões e desdobramentos políticos, a partir da reflexão crítica promovida pelo debatedores.

A intenção foi contribuir com o debate e a importância política e social da atuação das assessorias técnicas em parceria com os movimentos sociais, na formulação de política pública adequada para classe trabalhadora sob a perspectiva da organização popular, tendo em vista o futuro da prática e seus desafios.



CONFIRA A TRANSMISSÃO COMPLETA DA MESA

DENISE MORADO NASCIMENTO

Sou professora da Escola de Arquitetura da UFMG e coordeno o grupo de pesquisa PRAXIS-EA/UFMG, onde temos um programa de extensão universitária chamado Diálogos, voltado a trabalhar com autoconstrutores.

Comecei a trabalhar com assessoria técnica na Prefeitura de São Bernardo do Campo, ao lado da Rosângela Paz, que esteve presente aqui, onde assessorávamos moradores que lutavam pelo direito à moradia. É claro que o processo político àquela época era outro, estávamos no final dos anos 1980, início dos anos 1990, mas havia dois pontos importantes que eu queria colocar que, de alguma forma, durante a minha fala, vou resgatar.

O primeiro ponto é o vínculo muito forte entre as associações de moradores e os movimentos sindicais da região ABCD paulista; e, o outro é a ligação dessas associações ao poder público municipal que tinha técnicos fortemente articulados com um projeto político participativo do PT. Então, trabalhamos num outro contexto político, muito marcado por esses dois pontos.

Vou fazer um salto, ainda pensando na minha trajetória de trabalho com autoconstrutores, mas, chegando ao programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). Desde ontem, ouvi de todos os assessores técnicos aqui presentes, suas demandas principalmente por recursos financeiros. E no MCMV, nunca houve tanto recurso para a produção de moradia social! Eu queria colocar como pergunta inicial para reflexão: como nós enfrentamos estruturalmente a distribuição de recursos, desde o MCMV, que foram, sem dúvida nenhuma, destinados às construtoras? Quais os mecanismos que, nesse momento, somos capazes de construir e que nos devem servir de referência para o que estamos vivendo agora?

Eu fiz esse rápido preâmbulo para justificar o entendimento que tenho de assessoria técnica que é trabalhar **com** os moradores. Não

importa que seja via Estado ou instituições, ou que seja ação extensionista ou voluntarista, mas não é trabalhar **para** os moradores. Também ouvi muitas falas que relacionavam a assessoria técnica à ajuda aos movimentos sociais. Não é uma ajuda! São relações de trabalho com os moradores.

Falo do meu lugar de pesquisadora, de professora e da minha própria prática, alinhada principalmente ao trabalho com os autoconstrutores, como já disse, e que sempre foi pautado pela estratégia de diálogo, definida pelo Paulo Freire, como encontro dos homens para tarefa comum de saber agir.

No caso da arquitetura, que é de onde eu venho, que é a minha formação, trabalhar com os moradores significa que nós temos um conhecimento técnico, que precisa ser balizado, assim como também precisa ser transformado. Ele não pode ser uma imposição. E essa transformação se dá nesse encontro com o conhecimento próprio da vida cotidiana desses moradores ou dos autoconstrutores.

Temos uma lei de assistência técnica que, a meu ver, só será alcançada de forma positiva para os moradores, que é o que me interessa, se houver, de fato, esse encontro com quem produz a cidade e onde, inevitavelmente, devemos incluir o Estado. Mas, à frente, vou tentar detalhar esse meu ponto de vista. É preciso atentar-se ao risco do caráter assistencialista e unidirecional da assessoria técnica ou, se pensarmos em impor qualquer solução que seja aos problemas que são identificados sob o olhar tecnicista, ou mesmo se for uma prestação de serviços, a assessoria técnica tornar-se ordem mercantilista.

Eu não quero confundir a assessoria

técnica com a extensão universitária, mas, a extensão universitária, que tem, sem dúvida nenhuma, um propósito pedagógico e educativo, significa, então, propor estratégias de ação que sejam evocadas a partir dos moradores. São os moradores e os seus territórios indo à universidade, e não à universidade indo aos moradores.

Eu acredito que assim vamos, de fato, confrontar uma lógica vigente dessa produção de cidade neoliberal. E, se formos assistencialistas ou trabalharmos dentro de uma ordem mercantilista, corremos o risco de favorecer o jogo de interesses do Estado e do mercado. Neste caso, sabemos quem ganha e quem perde. Não podemos esquecer a privatização da cidade ou a despolitização dos agentes, que é uma outra pauta, mas são estratégias dessa produção de cidade neoliberal.

Vou colocar alguns outros pontos importantes sobre o que é a assessoria técnica, de forma consistente. Me interessa pensar o projeto e executar as moradias e os espaços comuns de forma compartilhada. Quando estávamos no início da década de 1990, havia esse projeto do PT, que eu vivi em São Bernardo, pela construção de processos participativos. Nós já vivemos isso e já sabemos que não dá mais certo. Funcionou, foi importante, mas agora estamos em outro momento de tentarmos construir processos compartilhados.

E o que significa isso? Significa que os moradores são capazes de alterar os processos de decisão sobre a moradia e sobre a cidade, e não apenas tomar ciência do que está acontecendo. São capazes de alterar esses processos. Falo isso com o objetivo de alterar o que temos. Não é resgatar o que vivemos e

repetir, reproduzir, muito menos jogar no lixo. É olhar para trás para pensarmos como podemos avançar.

Então, a minha proposta é essa: construir processos compartilhados que claramente espelham conflitos e contradições, disputas e impasses. Não só porque temos argumentos completamente distintos, pois somos distintos, eu sou da universidade, você integra o movimento social, você é Estado, etc. Somos moradores, mas também temos as nossas dificuldades. Ocupamos, particularmente, lugares específicos, mas todos nós vamos enfrentar dificuldades sobre como garantir recursos financeiros, deslocar-se em territórios populares, ter disponibilidade de tempo, enfrentar os conflitos com o Estado, inevitáveis, mas fundamentais no processo político que vivemos, que é o processo político democrático. Olhar para os anos 1990, e até mesmo olhar para a MCMV, nos exige uma outra lógica. Mesmo que possamos olhar para o passado no sentido de avaliar e resgatar processos, não me proponho a reproduzir o que temos feito.

Não é essa minha proposta, e eu gostaria de convidá-los a pensar em uma outra lógica. Então, primeiro ponto: processos compartilhados.

E, se formos assistencialistas ou trabalharmos dentro de uma ordem mercantilista, corremos o risco de favorecer o jogo de interesses do Estado e do mercado.

E o que, de fato, é e pode uma assessoria técnica? Fiquei pensando sobre isso. A meu ver, é possibilidade de promover a ascensão do conhecimento popular e a emancipação dos cidadãos ao pensarmos que são os moradores que podem e devem alterar os processos de tomada de decisão diante de comunicações e práticas compartilhadas, bem como seus conhecimentos da construção, etc. Promover o debate: estamos aqui em um debate onde grupos sociais distintos estão presentes - academia, entidades, poder público -, para produzir outras formas de entender os territórios que não sejam por indicadores, critérios e padrões tecnicamente e institucionalmente construídos, alheios ao cotidiano dos moradores. Pensar em possibilidades inclusivas, coerentes, resilientes, e também provocar rupturas institucionais, quando exclusivamente técnicas ou mesmo acadêmicas, que se fazem presentes na arena de disputa, na arena de negociação. Experimentar outros arranjos, incentivar, como eu disse, a realização de processos compartilhados com agentes, sejam públicos, privados,

etc., e fortalecer processos solidários.

A assessoria técnica tem um potencial muito grande, mas isso só será possível se entendermos, sob meu ponto de vista, que a população, os moradores, não podem ser incorporados como consumidor de uma arquitetura ou consumidor de um produto. Porque se entrarmos nessa seara, isto é, os moradores sendo consumidores de um produto técnico qualificado, corremos o risco de a assessoria técnica ser justificada, e perigosamente justificada, em razão, por exemplo, da insegurança estrutural ou da inexistência do esgotamento sanitário, do risco geológico ou da má localização. Não é que isso tudo não exista, mas temos que ter cuidado para entender quem é que está olhando esses territórios, sob quais critérios, que não podem ser apenas sob a ótica tecnicista ou sob a ordem mercantilista.

Isso também significa dissociar uma precariedade naturalizada nos territórios; estou falando principalmente dos territórios populares, onde trabalho, territórios autoconstruídos, onde

a precariedade é atribuída a essas moradias. Talvez pudéssemos perguntar quais são as reais situações enfrentadas por essa população em um determinado lugar. Por isso eu quero frisar a palavra lugar, que é importante e singular. Lembrem-se que a história de São Paulo, com todo respeito aos paulistas, não é a história do Brasil. Os territórios são muito distintos, os movimentos sociais são muito diferentes, a história dos moradores pelo Brasil afora revela outra realidade, que não é a de São Paulo. Vamos dizer, com toda cautela, os movimentos sociais no país também não são coesos ou unidos como os de São Paulo, muito em razão dessa história que começou, como contei, lá no final dos anos 1980, ao início dos 1990, que eu tive a felicidade de participar.

Uma outra pergunta se segue: como compartilhar os conhecimentos técnicos da academia, importantes, pois nós sabemos fazer muitas coisas, aprendemos a fazer muitas coisas, e estamos na universidade porque sabemos e porque estamos também formando pessoas.



Professora Denise Morado em sua apresentação no Seminário Nacional de Assessoria Técnicas, em 2023.



Imagem da Ocupação
Helena Greco, em
Belo Horizonte/MG
Fonte: Instituto
Helena Greco

Como compartilhar o conhecimento com o próprio Estado, os movimentos sociais, os moradores, ou até mesmo com o setor privado, sem que seja uma imposição tecnocrática? Como compreender as necessidades habitacionais dos moradores, sabendo que padrão mínimo técnico ideal não existe? Esta idealização é uma imposição acadêmica ou tecnicista, imposta aos territórios populares, que nos coloca no lugar de julgar, quaisquer que sejam os territórios, como precários, subnormais, informais, sendo sempre de uma forma negativa.

O terceiro ponto que eu queria colocar é em relação à questão do direito. Ultimamente, eu li um livro baseado na tese de doutorado de uma procuradora de Vitória, chamada Patrícia Gazola, que colocou questões sobre os pactos internacionais dos direitos civis e políticos e dos direitos econômicos, sociais e culturais, em vigor na ONU, desde 1976, que foram ratificados no Brasil em 1992, assegurando o “direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio, para sua família, inclusive alimentação, vestimenta e moradia adequada”. O direito à moradia no Brasil foi expressamente colocado na Constituição em 2000, no Art. 6º, que fala sobre a moradia como um direito social. Mas as Constituições Sociais, inclusive a brasileira, é caracterizada pela obrigação do Estado em proporcionar ao cidadão o acesso à moradia. O que significa isso? Significa que o direito à moradia está vinculado à necessária ação do Estado para que este seja efetivado, ou, significa dizer que não é suficiente que o direito à moradia esteja expresso na Constituição. É quase dizer, sinto muito, mas está só no papel. Isso significa dizer que é um direito encriptado, é um direito que assume seu lugar político e depende de como, quando e o que cada governo entende sobre esse lugar político. Então, estamos dependentes de uma ação do Estado, ainda que o direito esteja descrito no papel.

No caso de Belo Horizonte, está em vigor, desde fevereiro de 2022, o decreto que regulamenta a linha programática de assistência e assessoria técnica dentro da política municipal de habitação de Belo Horizonte. O direito descreve o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública gratuita e explícita que os programas serão implementados pelo Poder Executivo, observada a disponibilidade orçamentária, financeira, técnica e operacional. Ou seja, se der. Mais um papel, mais uma coleção de papel.

Então, é isso. O direito está explicitado nos decretos, nas leis, nas constituições, mas não assegura os direitos. Não assegura a proteção dos cidadãos diante do que o Estado promete. Então, o que eu quero dizer com isso tudo? O problema não é reconhecer os direitos, é concretizar os direitos. E eu digo isso porque o direito à assessoria técnica, assim como o direito à moradia, está vinculado à necessária ação do Estado para que seja efetivado. O que significa novamente dizer que



Professora Denise Morado Nascimento na mesa **Desafios para um futuro em ATHIS**

Seminário Nacional de Assessorias Técnicas na discussão do futuros em ATHIS

não basta que esteja regulado. São direitos encriptados, são direitos que estão no papel.

Então, eu gostaria de convidar vocês a converter o olhar sobre o direito. Acho isso urgente. Porque se o direito à moradia e o direito à assessoria técnica estão expressos por normativas e leis, mas encriptadas, quais seriam as condições a serem oferecidas pelo Estado que viabilizariam a garantia de direitos em nossas cidades onde os moradores historicamente ocupam áreas a revelia do planejamento urbano, da arquitetura, etc.? Nós não vamos avançar se continuarmos a elaborar diagnósticos e entendendo que seus problemas e soluções serão politicamente efetivadas em razão do dever constitucional da moradia e da cidade, seja no âmbito municipal, estadual ou federal.

Não avançaremos se nosso denominador comum forem esses direitos que estão no papel. Nós temos que nos retirar do lugar do papel e assumir a luta pelo direito de existir, que nos coloca no lugar de ter direitos. Temos o direito de ter direitos. Porque a cidade existe, a cidade é, e é lugar que se apresenta por várias formas de vida, em diferentes situações e estas não são problemas, mas são situações. Nós não temos problemas; porém, enfrentamos essas situações; não temos soluções, mas temos respostas. Podemos dar respostas às situações que nós estamos enfrentando. E é, nesse sentido, que acredito que esses arranjos outros podem surgir. Territórios são distintos, escalas são distintas, histórias são distintas. Por isso, minha reflexão aponta para os movimentos sociais, pois os moradores têm pauta, têm agenda. Mas qual é a pauta e a agenda da assessoria técnica?

É obter recurso financeiro? O que quer a assessoria técnica? Quer edital ou quer dinheiro? O que é que queremos?

Estive recentemente em uma ocupação em Belo Horizonte, chama-se Helena Greco. É uma ocupação que se iniciou em setembro de 2011, com 210 famílias. Hoje são 270 famílias morando em um vale, acima das nascentes, e coordenada por três mulheres. As casas foram cadastradas e seladas pela prefeitura. Selar as casas significa fazer um X, colocar um número, e dizer aos moradores que eles não podem alterar absolutamente nada nas casas porque, nesse processo de ameaça de remoção, eles vão ser ou indenizados ou reassentados em outro lugar, a partir dos valores estabelecidos. E se você coloca um novo piso, você perde esse valor agregado, porque não vai ser reconhecido. Isso tudo aconteceu em 2019, e até hoje segue da mesma maneira. Todas as casas seladas, todas as casas cadastradas. 50% da ocupação está em área de proteção ambiental e os outros 50% estão em área de risco geológico. Sem água, sem luz, sem esgoto e com ligações completamente frágeis e perigosas, etc. Nós estamos em 2023, 12 anos de ocupação, caminhando ao lado das leis, das normativas, dos direitos, do papel, tudo absolutamente encriptado. Porque os direitos estão descritos, mas ninguém lá tem ou teve esse direito garantido.

Então, o que eu quero dizer e reforçar é que a democracia, a meu ver, só será plena se nós criarmos mecanismos radicais que viabilizem a efetiva alteração dos processos de tomada de decisão pelos cidadãos. E isso está muito distante dos chamados processos participativos dos anos 1980 e 1990. Por isso, a opção pela assessoria técnica é pela

construção de processos compartilhados, ou seja, trabalhar com os moradores. A moradia não é produto, não é commodities, não é extração da indústria da construção civil. A moradia é a conexão entre a vida coletiva, individual e a casa. E é essa relação que sustenta o nosso direito de existir. Não é o direito à moradia, nem à assessoria técnica, nem à cidade. Embora esses direitos estejam descritos na lei, todos estão vinculados à ação, à omissão ou à ausência do Estado.

promover a ascensão do conhecimento popular e a emancipação dos cidadãos

Precisamos criar mecanismos radicais onde possamos reconstruir e transformar os processos de tomada de decisão, onde os moradores, os técnicos e o Estado têm lugar. Os desafios são imensos, tendo em vista que esses processos de tomada de decisão sempre foram e estão cada vez mais concentrados na mão dos poderes econômicos e políticos orientados pela ordem neoliberal e pelos promotores do rentismo e do extrativismo urbano. Não é novidade.

Então, chego ao meu quarto ponto: o que fazer? Em relação à assessoria técnica, acho que cabe ao assessor identificar questões essenciais que possam integrar os agentes envolvidos na produção da cidade com o objetivo de construir outros arranjos, construir outras opções e avaliar as consequências dessas decisões. Aliás, não cabe ao assessor ajudar moradores e ajudar movimentos sociais.

O trabalho do assessor e os processos de interação entre os agentes configuram arranjos que precisam ser construídos, precisam ser formados. Não temos esse lugar do processo de interação.

Acredito que esse lugar da interação entre todos esses agentes é lugar da informação compartilhada em rede, porque esta gera conhecimento, transformação, decisão e acordos. Precisamos criar arranjos onde esse lugar do encontro seja possível para construirmos acordos. E nesse lugar, onde cada um ocupa uma situação particular, cabe o morador, o arquiteto, o técnico, o advogado, o Estado, associações, movimentos sociais, a Caixa e quem mais vier. Mas, tem que pressupor processos interativos, dinâmicos, concretos, que alimentem visões de mundo distintas onde seja possível tomar decisões e criar acordos democráticos. Para desfazer qualquer hierarquia dos saberes, precisamos abrir mão do poder que esses saberes nos proporcionam; falo diretamente à universidade para que, de fato, esse diálogo proposto pelo Paulo Freire seja possível. Isso quer dizer que os assessores técnicos devem socialmente interagir com os moradores e com os outros agentes, mas, essencialmente, é uma tarefa política promover as condições onde essas informações pertinentes às políticas públicas, à moradia e à cidade sejam comunicadas de forma compartilhada para que uma melhor tomada de decisão por parte do morador seja possível, diante da troca de ideias e do acesso à informação técnica.

A assessoria técnica deve estar no lugar do encontro e que é um encontro político, onde o profissional exerce a sua capacidade técnica.

É mais do que ajudar os moradores, é mais do que estar com os moradores. Os assessores técnicos devem ser seres políticos. É uma escolha política estarem nos processos de produção da cidade. Então, pergunto: qual é o lugar das assessorias técnicas na luta por garantia de direitos? A assessoria técnica deve estar no lugar do encontro e que é um encontro político, onde o profissional exerce a sua capacidade técnica.

Parece ter sido resgatada a ideia da Secretaria de Assessorias, própria dos anos 1990, mas não estou querendo replicar o arranjo que era daquela época. Mas é muito coerente pensar em um lugar, que eu não quero dar nome, onde esse encontro, de fato, seja possível. Para que o lugar desse encontro, que é político, peço que não confundam ser político com politicagem. Ser político é ser capaz de fazer escolhas,

tomar uma decisão e entrar em acordo. E quando entramos em acordo, pressupõe-se ser um acordo equilibrado, onde todos terão que abrir mão do seu poder em um determinado momento. Viabilizar esse lugar do encontro, que é político, é o papel da assessoria técnica, significando assumir pressupostos. Mas, apenas se quisermos construir uma outra lógica.

São quatro pressupostos importantes. Primeiro: outro jogo de linguagem é necessário. Não podemos pensar em um lugar do encontro político, onde cada um venha com seu jogo de linguagem próprio. Precisamos pensar em um outro jogo de linguagem que se construa pela informação compartilhada. Em segundo lugar, penso no lugar democrático que cada agente ocupa em uma situação particular. O terceiro é sobre a assessoria técnica apresentar uma pauta política. Precisamos construir uma agenda política, precisamos atuar com o Estado, apesar de. O quarto e último ponto é que a assessoria técnica requer formação, sendo parte de um projeto pedagógico, de um projeto educativo, alinhado à formação dentro da universidade ou por uma educação popular.

Era isso que eu queria dizer.

Muito obrigada!

Estamos vivendo um momento de correria e esse atropelo tem a ver com um momento político muito excepcional. Ou seja, nós sabemos que esse momento não se repete, não desse jeito. Pode ter outro momento melhor ou pior, mas não vai ser esse, porque ele é vinculado a uma condição muito específica, em virtude dos últimos seis anos de desmontes políticos que foram feitos no país. E sabemos que o povo nos deu uma chance de reconstruir algo e mostrar que é para melhor enquanto grupo político, enquanto pensamento político desse país.

Quando pensamos num encontro para discutir sobre assessorias técnicas e movimentos sociais, havia a proposta inicial de trabalharmos uma agenda de luta por direitos baseada no contexto político de desmonte político e hoje é um contexto completamente diferente.

Ainda assim, é fundamental termos a oportunidade de fazer esse diálogo.

Quero colocar duas questões, trazer algumas coisas que eu venho pensando sobre, não só sobre o lugar dessas assessorias técnicas e a luta para garantia de direitos, mas o lugar dessa luta dentro do novo contexto.

Estamos vivendo um momento em que os processos de participação de construção coletiva, ou participação compartilhada, conforme foram pontuados no debate, estão sendo revistos. A ideia utópica seria se pudéssemos rediscutir tudo, construir coletivamente, mas não dá tempo, então, vamos correr e independentemente se os processos vão ser mais participativos ou mais consensuados, e isso é um risco muito grande! Dessa forma podemos perder conceitos importantes que viemos construindo e simplesmente focar na entrega de produto.

Então, é claro que não estamos buscando somente o resgate da participação histórica, contada nas histórias da década de 1980 e 1990, tudo fica mais bonito quando olhamos de longe, e os conflitos ficam minimizados. O movimento brigou muito com pessoas que são

inclusive nossas companheiras de luta. De fato, o que contamos é uma parte interessante desse processo, com participação, com respeito.

Hoje ainda temos o desafio de construir o que são os novos processos participativos e compartilhados, pois o mundo mudou muito e a forma das pessoas se relacionarem e interagirem também. O estabelecimento das relações de poder ou mais horizontais, construir movimento popular, construir a relação com a academia, tudo mudou muito, e às vezes parece que não conseguimos construir outras novidades nessas áreas.

Durante a pandemia de Covid-19, precisamos inventar novos formatos, que não tínhamos certeza se estava dando certo, mas era necessário fazer. A gente começou com as assembleias online, que na verdade funcionam como uma transmissão online com um conjunto de informações para as pessoas, com o objetivo mínimo de serem informadas ao longo do tempo sobre os processos em andamento, não havia mais reunião presencial. Tivemos muitas dúvidas se as pessoas estavam assistindo, entendendo e gostando. Depois ouvimos as reações positivas, que mostravam que essa iniciativa permitiu que elas não se sentissem isoladas e lembraram que nossa luta existia ainda e não tinha acabado, por conta da situação sanitária.

Metodologicamente era um arranjo razoavelmente simples, projetamos umas apresentações, tentávamos fazer um “estúdio de TV” na casa de cada um, para poder falar com as pessoas. Estou mencionando isso, que é uma coisa tecnológica, mas não é a essência da ação. As ferramentas que construímos eram para responder a uma demanda daquele momento.

Passado isso, eu reflito sobre o que são as participações, como por exemplo, na discussão da revisão do Plano Diretor de São Paulo, entre audiências públicas que estão reunindo 40 pessoas na Câmara Municipal, de forma mal convocada e divulgada. Ao participar, é motivo de passar raiva, principalmente pela participação digital. O processo consiste em entrar no site, inserir suas propostas e está tudo resolvido, esquecendo que o fundamental desse processo de participação é o enfrentamento dos conflitos, o debate das propostas, dos pontos que são divergentes. A gente não vai para discutir as convergências, queremos discutir as divergências..

Hoje ainda temos o desafio de construir o que são os novos processos participativos e compartilhados

Então, estamos, de fato, num momento importante de pensar como é que isso pode mudar.

São ainda nossos dilemas. Temos os velhos dilemas, mas eles mudaram de roupa e estão novinhos em folhas.

Ainda precisamos continuar provando que nós existimos, que somos importantes e merecemos respeito, e mais, que temos direitos. E é muito curioso, porque passado tanto tempo, passadas tantas coisas óbvias, elas se mostraram não tão óbvias assim.

Tantas coisas que não viemos afirmando nas últimas quatro décadas, foram colocadas em questão, colocadas

em xeque, ao longo desses últimos anos, desse processo que a gente viveu. Não é pouco falar que o direito que está no papel e precisa sair de lá para ser direito de verdade, porque tem gente que nem sabe que está no papel ou que não vale nada porque só está no papel. Tiveram coisas que talvez nós deixamos de fazer e de afirmar nos últimos anos, porque achava que todo mundo já tinha entendido, mas passam a ser fundamentais de serem repetidas. E não só na questão da moradia, obviamente, mas em todas as relações de direito.

Vivemos assombrados por velhos fantasmas, do autoritarismo, da negação dos direitos humanos, do racismo, do machismo, da violência, que se apresenta todos os dias e exige de nós uma resposta. Porque se a gente não responder a isso na nossa ação cotidiana, seremos insensíveis ou conviventes, porque essas questões estão colocadas.

Temos novas ideias que têm transformado a ação de luta do movimento e a organização popular em ações de marketing e com relação direta com o mercado, como a favela empreendedora, que não é simplesmente uma questão de nome ou de marketing, mas são ações, muitas vezes, que negam a necessidade e a prioridade que o direito às políticas públicas exerce nesses territórios. Essas ações parecem dispensar as políticas públicas, mas vamos fazer de outras formas, contando com o apoio das empresas, contando com os apoios da tecnologia, como se isso substituísse uma luta que é por um poder que existe na sociedade.

Então, eu fico bastante preocupada que, hoje, muitas vezes, no movimento popular, tem uma tendência em promover ações que são externas à política, por

afirmar que são antigas e não funcionam, por isso, merecem ser abandonadas.

Outro dilema que não é novo, mas se renova, é sobre a privatização das políticas públicas e dos bens públicos. Tudo tem sido transformado em algo que possa ser vendido.

Vocês viram a cena do governador de São Paulo ao bater o martelo quando foi privatizada a concessão de um trecho do Rodoanel. em que ele quase entrou em transe, e isso é super didático para entender e mostrar depois para as pessoas como isso é uma voracidade, que o capital não tem nenhum limite. Ou seja, tudo, exatamente tudo, neste regime, pode virar mercadoria!

Nossos territórios, nossas lutas, nossas conquistas podem virar mercadoria, se não tiver um processo de resistência grande.

Em São Paulo tem as (Parcerias Público-Privada) PPPs da habitação, que estão avançando para o nível federal, com a desculpa do que não funcionou com poder público, deve ser passado para o privado, que possui categorias de eficácia, eficiência e irão resolver problemas, mostrando que são políticas absolutamente excludentes, enganando que modificaram a maneira como as coisas são feitas, para fazer do mesmo jeito que sempre foi feito.

Há também o enfrentamento desse pensamento conservador, fundamentalista, bolsonarista, fascista, que está presente no nosso meio, no nosso dia a dia, nos nossos territórios.

Como enfrentar isso na classe média e nas elites, eu não sei, também não é obrigação minha a saber, mas é obrigação nossa discutir como é que a gente enfrenta isso nos territórios populares. No dia a dia, as pessoas que vão

buscando solução na negação de direitos também estão no nosso meio. Por exemplo, recentemente circulou nas redes sociais dos mutirões um abaixo assinado para que a Polícia Militar de São Paulo coloque efetivo de dois policiais por escola do Estado em São Paulo, de forma permanente, dentro da escola. Circulou sem nenhum questionamento, com muita gente apoiando, sem refletir. Tivemos que levantar a discussão. É espantador a facilidade em propagar ideias fascistas, militaristas e autoritárias. Por outro lado, levamos um tempo longo para tentar discutir com metodologias de participação, construir pensamentos coletivos. O caminho mais fácil é oferecer as ideias que negam direitos, são respostas rápidas.

Por que eu estou refletindo sobre isso? Porque são desafios sobre o futuro da assistência técnica, das assessorias técnicas. São essas as pedras que a gente vai ter na nossa frente para podermos avançar, melhorar a vida das pessoas nos territórios onde elas vivem. Esses entraves estão no meio, ou seja, a negação

da política pública, a privatização, o fundamentalismo, o fascismo.

Não é o espaço que a gente quer trabalhar, queremos construir um outro espaço, com outros valores, junto com as intervenções nos territórios, seja construindo novas moradias, seja urbanizando, seja melhorando os espaços qualitativamente.

Nós temos uma parceria com as assessorias técnicas que envolve o saber técnico e alinhamento político. Ela é uma relação técnica, porque elabora outras respostas diferentes do que a tecnocracia produziria. Uma das primeiras reuniões que eu fiz com a prefeitura foi sobre uma comunidade perto de onde eu morava, uma vila pequena, que precisava de rede de esgoto. O técnico da prefeitura disse que era impossível executar, porque a declividade não permitia. Saímos tristes da reunião, até que alguém sugeriu que deveríamos pensar numa solução alternativa baseada em uma obra executada em outra localidade. As pessoas só puderam saber disso e não tiveram que engolir aquilo que a



Evaniza Rodrigues em sua apresentação no Seminário Nacional de Assessoria Técnicas, em 2023.

tecnocracia disse, porque outra informação chegou, outra elaboração foi feita, outra técnica foi feita.

Precisamos trabalhar juntos para formatar, formular e construir de outra maneira de respostas técnicas para as questões que são colocadas.

Nós, no movimento, montamos uma cooperativa de trabalho social, chamada MUTUA, porque várias companheiras, ao longo da sua trajetória de militância, foram estudando, se formaram em serviço social, pedagogia, direito, etc. Queríamos produzir conhecimento para melhorar o que fazíamos no movimento. A gente queria ter esse espaço, não só para exercer uma técnica que aprendemos na universidade, mas que pudéssemos continuar produzindo conhecimento, que não estava sendo produzido em outros lugares.

É muito interessante perguntar e produzir conhecimento por meio dessa parceria com a universidade e as categorias profissionais, buscando a interdisciplinaridade para gerar novos conhecimentos. Estamos atuando juntos, cada um com seu papel, mas trabalhando concretamente em conjunto. Temos uma brincadeira em São Paulo que nos atos, passamos lista de presença até para as assessorias técnicas, porque temos que estar juntos em todos os momentos, a gente constrói junto.

Nós temos uma parceria com as assessorias técnicas que envolve o saber técnico e alinhamento político.

Agora, falarei um pouco sobre as questões atuais. Estamos acompanhando e incidindo no momento das novas políticas do governo federal, mesmo com muitas limitações. O programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) está ocupando cada vez mais espaço, até mais do que na versão passada, nos discursos do governo. Em qualquer fala de balanço do governo, planejamento, projeção dos 100 primeiros dias de governo Lula, está presente a pauta do MCMV, o que às vezes nos assusta. Estamos envolvidos na elaboração dessas políticas, realizando discussões nas coordenações dentro da UNMP e com as assessorias técnicas parceiras, além de levar as demandas dos movimentos para as mesas de negociação com o governo. No entanto, as grandes concepções do programa não estão em discussão, isso foi um limitante. Estamos lutando por um espaço maior para o MCMV Entidades, com base no nosso entendimento de que a parceria com os movimentos sociais, urbanos e rurais é a melhor forma de implementá-lo.



Evaniza Rodrigues
debatendo sobre os
desafios para um
futuro em ATHIS

Mesa sobre **Desafios**
para um futuro
em ATHIS, no
Seminário Nacional
de Assessorias
Técnicas.

Queremos que o programa tenha mais recursos e mais contratações, seguindo o formato que nos permitiu construir não apenas casas melhores, mas também processos mais interessantes. Cada conjunto habitacional tem uma história de luta, organização, resistência e vitória por trás. Essas histórias são muito ricas e tão importantes quanto a quantidade de casas construídas. Estamos batalhando para que esses processos sejam reconhecidos e valorizados, não apenas o resultado final. Queremos mais espaços legitimados, que nossos processos de criação, de desenvolvimento, de discussão dos projetos, de formação política com as famílias sejam respeitados. Isso não está nas normativas e portarias, o tempo todo ficamos brigando para que isso entre em pauta.

Queremos que nossos projetos sejam uma fonte de transformação e melhoria dos locais onde atuamos. A obra não termina quando cortamos a fita e as pessoas se mudam. Ela continua e a vida segue. Estamos envolvidos em várias iniciativas, mesmo anos depois da inauguração dos conjuntos habitacionais. Estamos felizes em ver que cooperativas de energia solar estão sendo criadas, em conjuntos como o Paulo Freire, organizado pela Leste 1, na Cidade Tiradentes (SP).

Nossa incidência no programa MCMV tem limitações, mas estamos buscando ampliar o espaço para a iniciativa de participação popular e autogestão. O Projeto de Lei (PL) da autogestão é uma ferramenta para abrir o debate sobre a forma de produção, o protagonismo dos moradores e a disputa de um conceito de habitação. Estamos disputando a forma como queremos morar, com quem queremos morar e

como queremos que seja nossa moradia popular. É um trabalho técnico que precisa ser desenvolvido desde o início, acompanhado por uma assessoria técnica, tendo o projeto como uma fase importante do processo. Há reflexões no PL sobre autogestão para além da produção de unidades, com regularização fundiária, melhorias habitacionais e urbanização de favela. A autogestão seria uma ferramenta de transformação dos territórios de modo alternativo. Estamos também lutando pela propriedade coletiva como marco legal, após 60 anos de luta, como uma alternativa para combater a privatização e mercantilização da moradia.

Temos o privilégio de atuar profissionalmente e como militantes, com base no que nos move como seres humanos. Essa é uma grande responsabilidade e um privilégio para poucos. Fazemos política todos os dias em nossas ações cotidianas, reafirmando como acreditamos que a política deve ser construída. Temos o privilégio de anunciar a esperança, mesmo diante de situações difíceis. Temos fé na esperança e na mudança, e isso transforma os territórios. Acreditamos que as famílias e as pessoas que vivem nesses territórios são as protagonistas da mudança. Não estamos aqui apenas para ajudar, nem como liderança de movimentos, nem como assessoria técnica, nem como professor de universidade, mas sim para fazer parte desse movimento de transformação, sempre valorizando o protagonismo popular. Vamos aproveitar nosso privilégio para continuar fazendo as mudanças necessárias, mesmo que sejam desafiadoras, pois essa é a razão de nossa existência.

Obrigada!

Há uma grande importância vinculada aos movimentos de moradia em reconstruir o Brasil. Foram seis anos de desconstrução do campo democrático popular, do Partido dos Trabalhadores (PT) e das lideranças, incluindo o Lula. Poucos setores foram tão firmes quanto os movimentos de moradia em manter a esquerda política viva, do ponto de vista programático, em pensar na radicalidade dos movimentos autogestionados, do debate do orçamento público para a população e para o povo. Foi o movimento de moradia quem construiu as utopias nesse vácuo deixado pelos últimos governos. A luta pela moradia, a luta urbana e a luta popular foram fundamentais nesse contexto.

Para começar a reflexão, gostaria de fazer uma autocrítica do que fizemos até aqui. Primeiro, não conseguimos lidar com o déficit habitacional, isso é uma realidade. Também não avançamos na discussão sobre os impactos do capitalismo na produção de terra. A questão da terra continua sem solução, e enfrentaremos o desafio de pensar em novos estoques fundiários para construir novas moradias. Continuamos focando na produção de moradias ligadas a novos empreendimentos, e não nas construções já existentes. O estoque de moradias no Brasil é um dos mais antigos e tem altas taxas de vacância. Temos muitas casas sem gente! Esse problema se tornou quase um slogan da esquerda, e é uma realidade concreta. Em bairros como Copacabana, por exemplo, há uma taxa de vacância entre 25% e 40% fora da alta temporada turística.

Obviamente, essa realidade é mais evidente em cidades litorâneas e turísticas, mas também nós, do campo democrático popular, contribuimos para consolidar essa situação. O Minha Casa Minha Vida (MCMV) Faixa 2 e Faixa 3, principalmente nas periferias, enfrentam problemas de reocupação forçada pelo poder paralelo, por grupos não institucionais e de vacância. Isso significa que não estamos conseguindo lidar com este tipo de financiamento. Colocamos essas unidades

no mercado de locação, para procurar outras unidades habitacionais, replicando o déficit habitacional anterior.

Essa equação, combinada com uma desinteligência, tanto do Estado, quanto da iniciativa privada, em pensar novas tecnologias nesse período virtuoso de investimento na construção civil, resulta em prédios sendo construídos da mesma forma que em 2009. Isso é uma realidade. Salvo as arquiteturas produzidas pelas assistências técnicas em todo o Brasil, vemos isso em larga escala em São Paulo. Podemos comparar com o mercado de construção civil do Chile, por exemplo, que passou por um ciclo virtuoso na produção de moradias com qualidade superior e investimento em tecnologia. Nós não estimulamos a qualidade da arquitetura e urbanização das periferias da mesma forma. Produzimos unidades habitacionais, mas não cidades com um modelo de habitação que queremos ver em todo o país.

Os grandes centros urbanos, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, não precisam necessariamente ser baseados na propriedade privada”

Diante desse quadro, não tão positivo frente ao que projetamos, praticamos a condominialização, a não-cidade, a construção de condomínio fechados por muros. Não investimos em infraestrutura e mobilidade urbana. Dito isso,

é necessário repensar estrategicamente o que podemos fazer. As políticas anticíclicas de 2009 fizeram com que nossa nação não sentisse tão fortemente o que os outros países mais pobres sofreram com a crise global, nossa crise foi essencialmente política, a partir de 2013. Enfrentamos uma era de incertezas, pós-Bolsonaro e pós-pandemia, com a crise econômica e, agora, a impossibilidade de errar nesse próximo ano de 2023 e lidar com novas crises. Existe, porém, uma crise concreta em curso e uma possibilidade de recessão em 2024. Isso afetará as grandes empresas da construção civil e a realização dos projetos das Faixas 2 e 3 do MCMV. Além disso, o mercado imobiliário se adaptou, investindo em novos tipos de arquitetura e flexibilizando os parâmetros urbanísticos. Precisamos estimular novas soluções arquitetônicas e instrumentos urbanísticos que garantam o acesso à terra. Devemos criar linhas de melhoria habitacional, retrofit e regularização urbana de áreas precárias.

Temos que mudar a estratégia oficial e não focar apenas na produção. O MCMV- Entidades, assim como o mercado de outras faixas, deve pensar em soluções diferentes para atender às necessidades diversas das pessoas. Temos que ter pensamento voltado ao acesso à terra, à uma linha de financiamento para melhorias habitacionais e retrofit, à regularização urbana de lotes precários, que estão na franja e o mercado não quer. Se tivermos recursos financeiros para investir nesse terreno, juntamente com toda a infraestrutura necessária, é isso que desejamos. Caso contrário, estaremos desistindo de ter cidades com uma qualidade de vida melhor, algo que não consideramos

nem debatemos quando formulamos o MCMV. Acreditávamos que a infraestrutura viria em algum momento, mas infelizmente isso não ocorre devido à falta de vontade pública e institucional. É essencial ter recursos financeiros para realizar essas melhorias. E não importa se essas melhorias não ocorram imediatamente, contanto que tenhamos algum documento ou comprovante que garanta o nosso direito. Melhorar o tratamento de esgoto e um transporte adequado são cruciais. Precisamos ter acesso e não podemos esperar pelo tempo burocrático das nossas escolas e unidades básicas de saúde. Essa ideia de esperar pelo centro comunitário, pela UPA e pela escola que serão construídos na próxima gestão, é uma ilusão. Nossos condomínios habitacionais não são satisfatórios. Eles não possuem nem mesmo uma única árvore. Os recursos destinados para isso, com os quais concordamos inclusive, não contemplam a qualidade de vida que precisamos ter.

Ao ler o edital do novo programa MCMV, faço aqui uma ressalva que foi bastante frustrante, surgiu uma questão sobre o acesso a placas solares e a solução socioambiental que podemos obter. Acontece que a questão da qualidade ambiental é algo crucial e maior que isso, não adianta apenas nos fornecerem um formulário para escolhermos entre 10 itens sustentáveis do empreendimento. Colocar uma placa solar nos condomínios e afirmar que assim está resolvida a discussão sobre a transição ecológica não fecha a conta, vai contra tudo o que estamos discutindo, inclusive em nível global. Já que uma das primeiras ações do presidente Lula, mesmo antes de assumir o cargo do mandato presidencial de 2023-2027, foi comunicar,

na Conferência das Partes (COP), que reúne representantes signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a todas as nações do mundo que ele estava disposto a se adaptar ao século XXI e às suas demandas. Ele estava disposto a considerar os desastres, as catástrofes e as unidades habitacionais a serem construídas daqui para frente. No entanto, é necessário que as nações do Norte Global assumam um compromisso de financiamento robusto, que possibilite projetos capazes de construir uma agenda de reparação ambiental, não apenas no Brasil, mas em todo o planeta. Foi um momento de grande impacto mundial. É óbvio que algum nível de mediação entre os países do Norte e do Sul é necessário. É ótimo ver esse movimento da China, pois indica que não dependemos necessariamente do eixo tradicional de poder e riqueza. Podemos criar um novo eixo de poder e governança global. É uma ideia brilhante! No entanto, precisamos enraizar esse pensamento de futuro, essa estratégia fina de luta pela qualidade de vida e pelo bem viver. Dizemos não à subordinação dos países do Norte e estamos criando estratégias para a América Latina, discutindo com outros países que também não concordam com essa realidade. É quase um combate ao imperialismo do século XXI. E então lançamos um edital, uma placa solar, como solução ambiental? Me acende um sinal de alerta! Precisamos urgentemente dar sustentação a esse discurso do presidente Lula. O discurso é incrível, impecável, os movimentos estão muito bem articulados, mas precisamos organizar a agenda, porque ela precisa ser provocada.

Nós aguardamos os primeiros 100 dias, passamos pela transição do

governo Bolsonaro para o Lula. Agora é hora de receber o movimento na mesa da presidência, isso não pode ser formulado sem a participação da sociedade civil organizada. Por mais que tenhamos uma compreensão clara dos passos a serem seguidos, não podemos ignorar que existe uma necessidade concreta de priorizar e organizar essas ações em prioridades.

E então começo a defender o meu ponto de vista, focando na preocupação com a questão ambiental, o que me levou a pesquisar sobre o assunto no Egito no ano passado. Eu sempre tive uma análise conservadora sobre o cenário eleitoral de 2022. Eu, e muitos outros atores da sociedade civil, não acreditávamos que conseguiríamos eleger o campo democrático popular novamente. E dentro dessa avaliação, tínhamos a ideia de que nossa capacidade de organização viria da nossa capacidade de denunciar o bolsonarismo e o que estávamos enfrentando. E compreendi que a agenda urbana internacional consolidava diversas lutas, desde o campo até a cidade e a periferia, através da discussão sobre a emergência climática. Todos os fundos internacionais estavam focados nessa agenda. A construção de um debate sobre responsabilidades, mesmo após o capitalismo, mesmo após a crise, mesmo após a queda do muro, só se tornou possível a partir da discussão sobre as emissões de carbono e dos gases de efeito estufa.

No entanto, precisamos enraizar esse pensamento de futuro, essa estratégia fina de luta pela qualidade de vida e pelo bem viver.

Inclusive, a forma de produção e o tipo de emprego que se cria hoje no mundo do trabalho só são questionados a partir da perspectiva ambiental. Ninguém questiona a precarização do trabalho em si, globalmente falando, mas questionamos se esse emprego é adequado às novas formas de energia e às novas condições ambientais. Isso é um fato. Hoje, ter um lar é menos importante do que o impacto que essa habitação gera. Isso pode ser uma desumanização profunda dos indivíduos? Isso pode ser a manifestação máxima do mundo de Bauman? Não sei como os antropólogos e sociólogos vão definir o que está acontecendo, mas é uma realidade. E não é à toa que a pauta amazônica ganhou tanta relevância, não foi pela pauta em si, mas pela crise amazônica, pelo garimpo e pelo desmatamento. Não só eu, mas também os ativistas que se organizaram em torno da Covid-19, principalmente

nas periferias e favelas, criaram e se organizaram ao longo de todo o governo Bolsonaro, de forma mais intensa nos últimos dois anos, após Ricardo Salles (Ministro do Meio Ambiente do governo Bolsonaro), após toda a agenda que se desenrolou. Foi organizado um grupo que diz o seguinte: “Não podemos pensar em uma agenda urbana sem levar em conta essa crise, não podemos falar sobre uma nova forma de produção, um novo tipo de capitalismo, sem considerar essa crise, e isso é algo que nos une”. E não é à toa que Lula e outros grandes líderes estão focando nisso.

Agora, temos uma grande responsabilidade nesse sentido. No passado, estávamos mais focados na resistência do que na formulação. Os poucos atores que estavam envolvidos na formulação estavam desesperados com a militarização da vida e, obviamente, com a Covid-19, com as ocupações nos territórios das favelas, com o aumento do fascismo nas redes e nas ruas, com as táticas de desconstrução, as chamadas fake news. Não conseguimos enraizar de forma mais ampla toda essa condição social que se manteve organizada e na luta. E, na minha opinião, o que podemos fazer é realizar uma reunião de avaliação rigorosa a partir do novo edital do programa MCMV, da portaria lançada, do que será a nova modalidade do MCMV-Entidades. E não apenas a UNMP, mas qualquer movimento que se enquadre na produção de terra e moradia deve participar desse processo. Não estou falando de grandes custos ou grandes reuniões, estou falando de lideranças se reunindo em uma chamada de vídeo e pontuando as demandas que precisam entrar no programa. Eu dei algumas dicas sobre os gargalos iniciais, mas é

muito importante que os movimentos se unam e discutam. Quando estamos no Nordeste, ouço muito que não há creches em seus territórios, mas talvez não unifique toda a região Sudeste, porque cada região tem suas particularidades. Isso é mais um elemento para colocar na discussão. A discussão no Sudeste está muito focada nas áreas centrais, mas as mulheres amazônicas estão dispostas a morar na periferia da floresta. Portanto, não podemos impor uma regra e um modelo que unifique todo o Brasil. Precisamos de normatizações regionais. A política urbana é regionalizada, foi um erro não as ter.

Além disso, gostaria de falar sobre a responsabilidade de diferentes tipos de produção. Não acredito que a única forma de produção deva se concentrar na propriedade privada. Isso é uma questão polêmica. Mas não precisa ser a mesma fórmula. Nós envelhecemos, temos famílias diversas, temos jovens universitários etc. Os grandes centros urbanos, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, não precisam necessariamente ser baseados na propriedade privada. Deveria haver um estoque para locação social no novo programa MCMV- Entidades. Isso também garantiria a mobilidade territorial. Precisamos criar possibilidades que nos permitam dizer, ao invés de dizer onde queremos morar, mas em quais bairros não queremos morar. Essa estratégia precisa ser incorporada no Plano Diretor, algo que não temos feito. Alguns bairros devem ser proibidos de ter habitação de baixa renda até que seja possível ocupá-los. A infraestrutura deve vir primeiro.

Uma coisa que tem sido falada em São Paulo é a Parceria Público-Popular (PP-POP). Como podemos organizar

uma agenda mínima que pactue e exija transporte, creche, qualidade de vida, bem-estar, acesso à mobilidade e renda. Porque o emprego também precisa ser discutido, casado com as questões de moradia. O trabalho também precisa ser discutido nesse contexto.

É preciso organizar um encontro das lideranças para debater a luta urbana por moradia. Refletimos sobre a dimensão econômica, as prioridades de agenda que precisamos estabelecer e o que deixamos de construir, além dos novos grupos urgentes organizados. É importante que esteja claro para nós, para que não sejamos surpreendidos. Devemos organizar uma agenda política e explorar as possibilidades concretas de transformar a vida hoje. O que será construído para nós e o que virá no plano de desenvolvimento, é o seguinte: pretendemos reduzir o déficit habitacional em 50%. Sabemos que isso não é exequível, e precisamos refletir sobre os desafios que enfrentamos atualmente, o que é possível avançar. Essa é a minha contribuição.

Obrigada!



Tainá de Paula em sua apresentação no Seminário Nacional de Assessorias Técnicas, em 2023.

OFICINAS

Elementos de reflexão referentes ao papel da assessoria técnica, em parceria com os movimentos sociais organizados, foram pontuados, a partir da criação e implementação de propostas de políticas públicas, valorizando a relevância da prática profissional na condução desses processos.

Historicamente as assessorias técnicas, que atuam com movimentos de moradia, exercem um papel fundamental na construção democrática popular, colaborando e participando dos espaços de tomadas de decisão ou ainda articulados em redes para pressionar e propor políticas públicas, sejam espaços institucionalizados.

Buscou-se refletir sobre as experiências concretas e acumuladas de políticas públicas que foram construídas com a participação de profissionais de assessorias e lideranças de movimentos sociais, como é o caso da Política Nacional de Habitação de forma mais ampla, e de forma mais específica, programas como Minha Casa Minha Vida Entidades, por exemplo.

Neste sentido, o debate também trouxe uma reflexão sobre a relevância da atuação profissional, em espaços que estruturam a construção da cidade, capazes de fazer enfrentamento às diversas condições de vulnerabilidade social e risco ambiental vivenciadas pela classe trabalhadora.

ATUAÇÃO EM OCUPAÇÃO E CONSTRUÇÃO EM ÁREAS CENTRAIS

ADELCKE ROSSETTO

INTEGRA

FELIPE NIN

UNMP - RJ

FRANCISCO COMARU

UFABC

SIDNEI PITA

UNMP - SP

MEDIAÇÃO

RAÍSSA PIGNONI

AMBIENTE TRABALHOS



Fotos da Oficina
(2023)

ATUAÇÃO EM FAVELAS

MARA RIBEIRO

UMM-SP

NUNES REIS

PEABIRU

TALITA GONZALES

LABJUTA/UFABC

YURI DUARTE LOPES

ATHIS UNMP-PB

MEDIAÇÃO

PAULA PASCHOAL

AMBIENTE TRABALHOS



Fotos da Oficina
(2023)

ATUAÇÃO EM CONSTRUÇÃO DE MORADIA POR AUTOGESTÃO E MUTIRÃO

ANGELA AMARAL

ESCOLA DA CIDADE/
AMBIENTE TRABALHOS

JOSÉ DE ABRAÃO

UNMP - SP

ISAC MARCELINO

USINA

RICARDO GABONI

AMBIENTE TRABALHOS

SIMONE INOCÊNCIO

UNMP - GO

MEDIAÇÃO

HENRIQUE GEDDO

AMBIENTE TRABALHOS



Fotos da Oficina
(2023)

ATUAÇÃO EM ÁREAS SOB RISCO E DESPEJO

BENEDITO BARBOSA

UMM-SP

CRISTIANE SALES

UNMP-AM

ELIZABETH OTHON

FIO

GIOVANA MILANO

UNIFESP

IVAMBERTO PEREIRA

ATHIS UNMP-MA

MEDIAÇÃO

JULIANA AVANCI

AMBIENTE TRABALHOS



Fotos da Oficina
(2023)

CARTA ABERTA

NÓS, ASSESSORIAS TÉCNICAS, MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNIDADE ACADÊMICA, escrevemos essa carta aberta para reafirmar a importância da assessoria técnica na luta por garantia de direitos. Vivemos em um país desigual e somente por meio da luta por políticas públicas inclusivas que podemos responder às demandas da classe trabalhadora.

Entendemos que assessoria técnica é um elemento fundamental que atua desenvolvendo práticas coletivas, priorizando a democratização dos saberes e a emancipação dos sujeitos. São capazes de promover experiências que permitem que a classe trabalhadora se aproprie dos territórios, onde o saber técnico se apresenta como uma condição de qualificar a cidade, proporcionando o poder popular.

A relação entre assessoria técnica e os movimentos sociais é uma aliança política com objetivo de construção de cidades mais justas e democráticas. É um processo pedagógico permanente de politização e aprendizado, de todas as partes envolvidas.

Com isso, é necessário que a atuação das assessorias técnicas seja fomentada e estruturada a partir de programas e financiamentos adequados, que haja uma disputa sistemática por fundos públicos que financiem esse trabalho, de forma que os profissionais não atuem de forma precarizada e voluntarista.

É preciso, ainda, que as universidades estejam atentas à realidade e ao contexto social, oferecendo uma formação acadêmica que abrace as necessidades e desafios enfrentados. A promoção da interdisciplinaridade e o diálogo com a sociedade são essenciais nesse processo. Ensino, pesquisa e extensão devem incorporar uma perspectiva crítica capaz de traçar estratégias para as demandas sociais.

Assim, reivindicamos que as políticas públicas reconheçam a importância da assessoria técnica e a sua relação com os movimentos sociais, contribuindo com a luta por garantia de direitos para a classe trabalhadora.



Este material foi composto
em Source Sans Pro,
Space Mono
e Cindie Mono.

ISBN: 978-65-996448-1-8

TOD



9 786599 644818